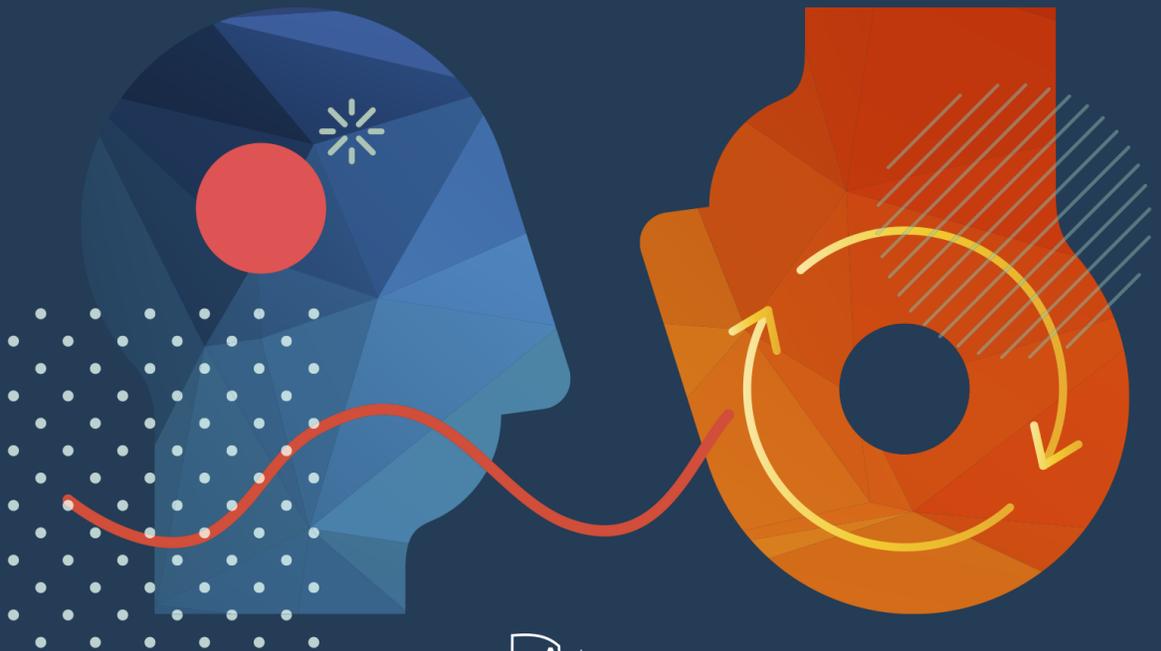


MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA
- ORGANIZADORES -

SOCIO LOGIA:

Sociedade, políticas públicas
e participação social



Atena
Editora
Ano 2023

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA
- ORGANIZADORES -

SOCIO LOGIA:

Sociedade, políticas públicas
e participação social



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: sociedade, políticas públicas e participação social

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Elisângela Maura Catarino
 Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S678	<p>Sociologia: sociedade, políticas públicas e participação social / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1423-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.230231506</p> <p>1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizadora). III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da (Organizadora). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Caros leitores, saudações.

Fazemos chegar até vocês a obra “Sociologia: Sociedade, políticas públicas e participação social” organizada pelos professores: Dr. Marcelo Máximo Purificação (UNIFIMES, UEMS e FACMAIS), Dra. Elisângela Maura Catarino (UNIFIMES e SEDUC-GO) e Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva (UNEB) que reflete olhares e discursos de professores pesquisadores de instituições como: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Faculdade de Tecnologia Sebrae do Centro Paula Souza (FATEC SEBRAE) e Universidade de Uberaba (UNIUBE), trazendo a sociologia, políticas públicas e a participação social, a partir da perspectiva teórica das Ciências Sociais e de um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. No capítulo 1, “Uma jornada frustrada: refletindo sobre uma tentativa de pesquisa sociológica sobre ideação suicida”, os autores - Patrícia Claudia da Costa, Jheneffer Ferreira Silva, Daniel Silva dos Santos e Kaique Vitor da Silva - buscam fornecer dados que auxiliassem a comunidade universitária a compreender o fenômeno e encontrar formas de promover mudanças que contribuíssem para o bem-estar social no ambiente acadêmico. No capítulo 2, “Competência, comportamento e tecnologia: as mudanças no mundo do trabalho e a Geração Millennium”, a autora Mônica Pereira da Rosa, analisa as principais mudanças no mundo do trabalho visando à compreensão das características profissionais e das competências da chamada geração Y. O capítulo 3, Suely Nobre de Sousa, fala sobre “A imaginação sociológica: um exercício basilar para o cientista social”. O capítulo 4, “A capacidade burocrática municipal da assistência social na execução do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), os autores: Alessandra Pereira Nunes, Beatriz Brasil da Silva Monteiro e Bruno Henrique Modesto Raiol, apresentam uma análise acerca da execução do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos municípios brasileiros, considerando as capacidades administrativas municipais e a estrutura federativa brasileira. No capítulo 5, “Estratégias de abordagem política da Marcha das Margaridas nas edições de 2000 a 2019”, Luciana Ribeiro da Silva e Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário, analisam como a Marcha das Margaridas tem interagido com as diferentes conjunturas políticas de 2000 a 2019, considerando as demandas do movimento em cada edição e suas respostas governamentais. Portanto, um livro de grande contribuição dialógica que pode contribuir para a ampliação do diálogo no campo da Ciências Sociais e promover a reflexão sobre políticas públicas e participação social.

Marcelo Máximo Purificação

Elisângela Maura Catarino

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

CAPÍTULO 1	1
UMA JORNADA FRUSTRADA: REFLETINDO SOBRE UMA TENTATIVA DE PESQUISA SOCIOLÓGICA SOBRE IDEAÇÃO SUICIDA	
Patricia Claudia da Costa Jheneffer Ferreira Silva Daniel Silva dos Santos Kaique Vitor da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2302315061	
CAPÍTULO 2	11
COMPETÊNCIA, COMPORTAMENTO E TECNOLOGIA: AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A GERAÇÃO <i>MILLENNIUM</i>	
Mônica Pereira da Rosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2302315062	
CAPÍTULO 3	25
A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA: UM EXERCÍCIO BASILAR PARA O CIENTISTA SOCIAL	
Suely Nobre de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2302315063	
CAPÍTULO 4	40
A CAPACIDADE DE BUROCRÁTICA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)	
Alessandra Pereira Nunes Beatriz Brasil da Silva Monteiro Bruno Henrique Modesto Raiol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2302315064	
CAPÍTULO 5	53
ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS NAS EDIÇÕES DE 2000 A 2019	
Luciana Ribeiro da Silva Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2302315065	
SOBRE OS ORGANIZADORES	66
ÍNDICE REMISSIVO	69

UMA JORNADA FRUSTRADA: REFLETINDO SOBRE UMA TENTATIVA DE PESQUISA SOCIOLOGICA SOBRE IDEAÇÃO SUICIDA

Data de submissão: 09/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Patrícia Claudia da Costa

Universidade Federal de Viçosa, Campus
Florestal, Instituto de Ciências Humanas
e Sociais
<http://lattes.cnpq.br/8964797058046597>

Jheneffer Ferreira Silva

Universidade Federal de Viçosa, Campus
Florestal – MG
<https://lattes.cnpq.br/2301628672598016>

Daniel Silva dos Santos

Universidade Federal de Viçosa, Campus
Florestal – MG
<http://lattes.cnpq.br/6440444629945216>

Kaique Vitor da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais
<https://lattes.cnpq.br/9682678687419685>

RESUMO: Este capítulo apresenta o desfecho de um projeto piloto de pesquisa que visava identificar perfis de estudantes de graduação que a principal referência teórica-metodológica ideiação suicida e compreender as relações sociológicas do suicídio na população universitária estudada. A “teoria do ator plural”, criada por Bernard Lahire, era a principal

referência teórica-metodológica do projeto cuja pretensão inicial era observar a relação desses perfis com o contexto sócio-histórico dos sujeitos e os achados da literatura sobre o tema, incluindo as obras clássicas de Émile Durkheim e Karl Marx. O principal objetivo era fornecer dados que auxiliassem a comunidade universitária a compreender o fenômeno e encontrar formas de promover mudanças que contribuíssem para o bem-estar social no ambiente acadêmico. Chegamos a coletar alguns dados em 2021, por meio de questionário online respondido por 144 estudantes, o que correspondeu a 17,54% do número total de alunos matriculados no Campus Florestal da Universidade Federal de Viçosa. Por não ter obtido uma amostra representativa da população de alunos do Campus, os resultados apresentados não são generalizáveis e a construção dos perfis foi comprometida. Além disso, foram encontrados resultados contraditórios em relação ao referencial teórico adotado, bem como percentagens aparentemente distorcidas devido à baixa quantidade de respostas. Contudo, outros fatores contribuíram para o abandono da investigação, configurando uma jornada de pesquisa frustrada.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio. Estudantes universitários. Perfil sociológico. Ideação.

A FRUSTRATED JOURNEY: REFLECTING ON AN ATTEMPTED SOCIOLOGICAL RESEARCH ON SUICIDAL IDEATION

ABSTRACT: This chapter presents the outcome of a pilot research project aimed at identifying profiles of undergraduate students who have suicidal ideation and understanding the sociological relationships of suicide in the studied university population. The “plural actor theory,” created by Bernard Lahire, was the main theoretical-methodological reference of the project whose initial intention was to observe the relationship of these profiles with the socio-historical context of the subjects and the findings of the literature on the subject, including the classic works of Émile Durkheim and Karl Marx. The main goal was to provide data that would help the university community understand the phenomenon and find ways to promote changes that would contribute to social well-being in the academic environment. We collected some data in 2021 through an online questionnaire answered by 144 students, which corresponded to 17.54% of the total number of students enrolled at the Federal University of Viçosa, Campus Florestal. Since we did not obtain a representative sample of the student population on the campus, the presented results are not generalizable, and the construction of the profiles was compromised. In addition, contradictory results were found in relation to the adopted theoretical framework, as well as apparently distorted percentages due to the low number of responses. However, other factors contributed to the abandonment of the investigation, configuring a journey of frustrated research.

KEYWORDS: Suicide. University students. Sociological profile. Ideation.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma atitude rara no meio acadêmico: expor publicamente uma jornada de pesquisa frustrada. Por que fazer isso? Para deixar registrado um trabalho que nos exigiu muita dedicação, resiliência, esforço intelectual e rigorosidade metódica. Se não resultou no que esperávamos, pode, pelo menos, servir de exemplo de que o trabalho científico nem sempre é possível, razoável ou satisfatório. E isso por si só já é um bom motivo para compartilharmos um pouco de nossa jornada enquanto pesquisadores de um tema tão polêmico.

Entre 2011 e 2017, o suicídio representou, na faixa etária de 15 a 29 anos, 6% das mortes violentas no Brasil. Dados do Ministério da Saúde (2019) apontam o aumento de 10% nas taxas de suicídio no Brasil, nesse período, sendo que o maior aumento ocorreu entre 2016 e 2017. Tal elevação ocorreu em 19 Unidades da Federação, sem predomínio por região. Os perfis mais vulneráveis ao suicídio nessa faixa etária foram homens, com 4 a 11 anos de escolaridade, de raça negra, sendo o enforcamento o principal método utilizado.

Partindo da premissa de que o suicídio é um problema epidemiológico de relevante repercussão no ambiente acadêmico, nossa pesquisa ambicionava se constituir como um estudo piloto para a construção de uma linha de pesquisa chamada “Sociologia do suicídio

na população universitária”, a qual se dedicaria a investigar: os perfis sociológicos de estudantes de Graduação que autodeclarassem possuir ideação suicida, a relação desses perfis com o contexto sociohistórico dos sujeitos e o resultado dessa relação com os achados da literatura sobre o tema, desde as obras clássicas de Émile Durkheim (2000) e Karl Marx (2006), escritas na segunda metade do século XIX, até os estudos mais recentes sobre o fenômeno no Brasil (SAMPAIO et. al., 2000; FICHER; WERNECK et. al. 2006; VANSAN, 2008; DUTRA, 2010, 2012; VASCONCELOS-RAPOSO et. al., 2016; SANTOS et. al., 2017; CICOGNA; HILLESHEIM; HALLAL, 2019; D’ECA JUNIOR et. al. 2019).

A intenção inicial, portanto, era a de identificar e construir o(s) perfil(is) sociológico(s) de estudantes universitários que apresentassem ideação suicida. Por ideação suicida entende-se o conjunto de pensamentos acerca de autodestruição, que incluem a ideia de que a vida não vale a pena ser vivida, bem como planos específicos para “lhe pôr fim” (AZEVEDO; MATOS, 2014, p. 181). Nesse sentido, com base em ampla literatura internacional na área da Saúde, Azevedo e Matos (2014) alertam para a ideação suicida como um estado preliminar do comportamento suicida.

A escolha deste tema teve origem em preocupações expressas por alguns estudantes de licenciatura, durante participação na Campanha Setembro Amarelo no âmbito da disciplina “Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem” nos anos de 2018 e 2019. O “Setembro Amarelo” é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, promovida em diversos países. No Brasil, foi criado em 2015 pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), com a proposta de associar a cor ao mês que marca o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10 de setembro).

Ao final da edição de 2019, 118 estudantes responderam um questionário que apontou indícios de que o “fantasma do suicídio” pairava no ar do *campus*. Quando perguntados se já pensaram em cometer suicídio 47% responderam positivamente e, entre esses, quase a metade já tentou mais de uma vez. Do total de respondentes, 45% tinham parentes que já tentaram suicídio, dos quais 49% desses parentes efetivamente cometeram suicídio. Quanto aos amigos, 69% tinham amigos que já haviam tentado suicídio, dos quais 38% desses amigos concluíram o ato.

Esses dados coadunam com os índices alarmantes de tentativas (d)e suicídios cometidos por universitários, tanto no Brasil como no resto do mundo, o que nos instigou ainda mais a investigar este problema. Além dos suicídios consumados, existem também as tentativas de suicídio que são subnotificadas, pois sabe-se mais sobre elas através de redes sociais e noticiários do que por meio de registros oficiais. Dentre os motivos dessa subnotificação, o fato de o suicídio ser um tabu impede que tal fenômeno seja visto como tal. Não é raro que esse acontecimento seja interpretado como um acidente ou morte natural. E quando o suicídio é interrompido, no caso da tentativa de suicídio, o sub-registro acontece com mais facilidade e frequência, uma vez que a tentativa, na maioria das vezes,

ocorre por meio de ingestão de medicamentos e pesticidas (DUTRA, 2012).

É importante destacar que diversas tentativas de suicídio já haviam acontecido na comunidade acadêmica da UFV-CAF. Algumas delas, inclusive, dentro do *campus* e por parte de adolescentes, estudantes da Educação Básica. Houve também um suicídio consumado, pouco tempo após encerrarmos a investigação. Nesse contexto, a linha de pesquisa que gostaríamos de ter construído propunha investigar os perfis sociológicos de estudantes universitários com ideação suicida, no intuito de fornecer dados que auxiliassem a comunidade universitária a compreender o fenômeno e, quiçá, a encontrar formas de promover mudanças que contribuíssem para o bem-estar social no ambiente acadêmico. Quem sabe até repercutisse nas estatísticas epidemiológicas do suicídio.

O projeto de pesquisa contou com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2022. Foram, portanto, dois anos de pesquisa conduzida pela professora da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, dois estudantes de Licenciatura em Química e um psicólogo clínico, experiente no atendimento de pacientes com ideação suicida. Na verdade, o trabalho iniciou com apenas os três primeiros integrantes.

A presença de um profissional da área da saúde mental na equipe de pesquisa foi uma das exigências do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFV (CEP-UFV) para que o projeto fosse aprovado. Como não havia na instituição nenhum profissional disponível, tivemos que recorrer à colaboração voluntária de um amigo com experiência no tema. Sua colaboração qualificou a reelaboração dos instrumentos de coleta e o preparo da equipe para interpretar os dados, identificar eventuais sinais de desconforto nos participantes e oferecer escuta ativa, caso fosse necessário.

A incorporação de um profissional da área de saúde mental na equipe de pesquisa foi uma das 16 exigências do CEP-UFV para aprovação do projeto. Para atendê-las, praticamente reconstruímos todo o protocolo de pesquisa. Isso causou o desmantelamento do cronograma inicial e imenso desgaste na equipe, já fragilizada por problemas de ordem pessoal agravados pelo contexto da pandemia de COVID-19. Hoje não temos dúvidas de que tais contratempos constituíram a gênese do fracasso do projeto, cujo desfecho mostraremos adiante.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como a intenção inicial do projeto de pesquisa era a de construir perfis sociológicos, optamos por situar o objeto no que tem sido chamado de “tradição disposicionalista”. Desse modo, precisaríamos considerar o passado incorporado dos sujeitos compreendidos como atores individuais, analisando suas práticas ou comportamentos sociais (LAHIRE, 2004, p. 21). Investigaríamos a formação ou a gênese das disposições individuais, ou seja, o

conjunto de tendências, inclinações e propensões que o sujeito manifestasse em seu discurso ou em seu agir cotidiano.

Tomando como pressuposto a influência das modalidades de socialização, que nem sempre são coerentes entre si (LAHIRE, 2004), consideraríamos os sujeitos que possuem ideiação suicida como simultaneamente produtores e produtos de processos de socialização interconectados. Pretendíamos, portanto, compreender cada ator completamente imerso numa pluralidade de mundos sociais, sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios. E já que os incorpora mesmo assim, gostaríamos de saber como eles interagem e atuam na produção dos sujeitos sociais.

Considerando a ideiação suicida como produto de determinadas práticas socializadoras, buscaríamos ancorar a pesquisa também nos primeiros estudos sobre o suicídio que o consideraram como uma questão social. Desde Karl Marx, que, em 1864, teve a seminal ideia de associar as causas do suicídio com variáveis sociológicas, abrindo assim a perspectiva de estudar casos reais como resultado de forças dominantes completamente justificadas pela estrutura capitalista da sociedade. Mesmo tendo escrito um trabalho muito modesto sobre o tema, que quase se perdeu no volume e na densidade de sua obra crítica ao regime econômico vigente, no preciso momento da transição das formas de organização agrárias para a industrialização, vale muito a pena resgatar alguns de seus apontamentos sobre como uma melhora efetiva na qualidade de vida dos indivíduos depende da reforma do sistema social.

De acordo com as reflexões de Marx (2006), sobre informações necrológicas contidas num arquivo policial parisiense que abarcava o período de 1814 a 1827, não se pode considerar como antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência, ou seja, o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois acontece diariamente e o que é contra a natureza não acontece assim tão amiúde. Ele, então, sugere que as sociedades não geram os mesmos produtos e isso deve ser observado ao se propor reformas sociais. Assim sendo, estudar fenômenos sociais relacionados ao suicídio no século XXI exige uma cuidadosa análise das disposições favoráveis para que o ator social cogite pôr fim à própria vida. E isso deve ser feito de um modo a garantir que os perfis construídos pela pesquisa não fossem colocados a serviço de retificar os sujeitos em “tipos”, procedimento comum em pesquisas que formulam tendências estatísticas entre grupos, atribuindo a um coletivo um padrão de comportamento que não é majoritário (LAHIRE, 2006). E ainda que fosse, não representaria com exatidão a pluralidade de disposições presentes sequer no universo investigado.

Examinando os arquivos policiais, Marx (2006) descobriu “entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte” razões que provavelmente não coincidam com achados atuais. E isto é mais um indício de que a ideiação suicida é um produto social que, justamente por ser social, varia conforme o contexto. Há dois séculos atrás, Marx apontou “os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças,

os castigos secretos, que os pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência” (MARX, 2006, p. 28). O que encontraríamos agora?

Na contemporaneidade, o suicídio continua sendo um problema social em várias dimensões tangenciadas pela ética. Desde a criminalização do suicídio assistido, da eutanásia e da incitação ao suicídio ou à automutilação até a estigmatização dos familiares de suicidas, passando por diversos fatos sociais que tornam as discussões sobre o tema delicadas e complexas. Entre os fatos sociais diversos, tem destaque o silenciamento sobre o problema com base no que se convencionou chamar de “Efeito Werther”.

Aludindo ao romance *As desventuras do jovem Werther*, escrito por Goethe, cujo lançamento na Alemanha, em 1774, coincidiu com uma série de suicídios em situações similares a do personagem do livro, David Phillips cunhou essa expressão, na década de 1970, para designar o efeito imitativo de um comportamento suicida específico resultante da divulgação de notícias reais ou de obras fictícias sobre o suicídio. Em função desse suposto efeito, foram firmadas convenções entre os veículos de comunicação para que o suicídio não fosse noticiado ou explorado em produções ficcionais. É por isso que os telejornais não noticiam homicídios de pessoas comuns diariamente. Suicídios só aparecem quando ocorrem com pessoas famosas, cujas mortes não podem deixar de virar manchete. Igualmente, obras ficcionais viram motivo de escândalo e polêmica quando desrespeitam a convenção de silenciamento e mostram cenas de suicídio ou destacam personagens com ideias suicidas. O receio do “Efeito Werther” produz a invisibilidade da questão do suicídio nos meios de comunicação que, com a expansão pelos meios digitais, têm se tornado tão variados e atingem distintos públicos.

No caso do universo que pretendíamos investigar, de acordo com os dados do Atlas da Violência de 2017, no Brasil, a taxa de suicídio entre a população de 15 a 29 anos aumentou cerca de 10% desde 2002 (IPEA, 2017). Em certa medida, tal taxa se relaciona com diversas mudanças comuns a essa fase da vida. Para muitos jovens, a mudança para uma república ou moradia estudantil, que geralmente corresponde a primeira experiência longe de parentes e amigos, pode ser uma tarefa desgastante e opressiva, principalmente para aqueles com maior dificuldade em fazer amizades ou em atender às demandas dos cursos. Tais fatores, associados a fatores genéticos e condições psicológicas, podem levar o estudante a apresentar ideiação suicida.

De acordo com Dutra (2012), o estresse é um fator significativo em qualquer modo de se entender o comportamento suicida. Estima-se que uma perda interpessoal, um conflito com um parente ou namorado(a), está presente em 70% dos casos de tentativas de suicídio e de suicídio. Essas situações, aliada a um senso de responsabilidade, tornam o adolescente e o jovem mais suscetíveis ao estresse associado à escola, aos estudos ou problemas sociais.

Com base nos pressupostos teóricos apresentados e no fato de que a questão do suicídio já ganhou a visibilidade da sociedade brasileira, especialmente por meio da

Campanha Setembro Amarelo, nossa pesquisa partia da hipótese de que há relações entre a condição econômica e a ocorrência de ideação suicida na comunidade universitária. Pressupunha também que estudantes com histórico de distúrbio ou transtorno mental ou de suicídio na família têm mais chances de apresentar ideação suicida. Além disso, considerava que as pressões típicas do ambiente universitário, apesar de não serem fatores preponderantes, contribuem para a ideação suicida nos estudantes.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Usando como principal referência teórica-metodológica a “teoria do ator plural”, o projeto buscava explicitar os processos de interiorização, de modo a compreender “as diferentes formas de reflexividade na ação, a pluralidade das lógicas da ação [e] as formas de incorporação do social” (LAHIRE, 2002, p.11). Isso exige uma postura metodológica que parte do pressuposto de que cada sujeito é um ator envolvido em vários tipos de ação, e não apenas um indivíduo reduzido a uma dimensão, no caso, a de estudante universitário.

Nessa perspectiva, os dados seriam coletados em duas etapas: uma quantitativa, por meio de questionário online, e uma qualitativa, na qual alguns estudantes seriam entrevistados. No entanto, a já comentada reconstrução do projeto de pesquisa atrasou de forma tão severa o início da coleta, que só houve tempo hábil para concluir a primeira etapa.

O questionário autoaplicado, disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, era composto por questões de múltipla escolha sobre: idade, gênero, orientação sexual, situação socioeconômica, religiosidade, experiência com violência e drogas, saúde mental, ideação suicida e percepções sobre a experiência universitária.

A análise dos dados se pautou em pressupostos da abordagem relacional, seguindo a tradição bourdieusiana da qual Bernard Lahire é um dos principais representantes (LAHIRE, 2002, 2004, 2006). Os dados coletados via questionário foram tratados estatisticamente para facilitar a identificação das correlações de variáveis relevantes para exploração analítica.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram respondidos por 144 estudantes, o que correspondeu a 17,54% do número total de estudantes matriculados no *campus*. Não ter alcançado uma amostra representativa do universo investigado foi uma grande frustração, pois comprometeu profundamente o propósito da pesquisa.

Contudo, à guisa de registro, olhemos alguns dados. Dentre os respondentes, 55,24% afirmaram já ter pensado em cometer suicídio, o que correspondeu a 9,62% do total de alunos matriculados no *campus* por ocasião da coleta. Dentre os 79 alunos que declararam ideação suicida, 26 já haviam tentado chegar às vias de fato.

Entre os universitários que exercem atividade remunerada, 59,74% alegaram possuir ideação suicida, enquanto 50,77% dos que não exercem atividade remunerada também a possuíam. Imaginávamos que a diferença seria maior, com base na pressuposição de que, além das pressões do ambiente acadêmico, os estudantes que exercem atividade remunerada também sofrem pressões do ambiente profissional.

A maior incidência de ideação suicida foi encontrada entre quem declarou obter coeficiente acadêmico péssimo (93,33%), seguido por declarantes de coeficiente acadêmico ótimo (71,43%), ruim (64,29%), regular (48,15%). Já os declarantes de coeficiente acadêmico bom (41,03%) possuíam menor nível de ideação suicida. Este resultado é parcialmente divergente do esperado, pois supúnhamos que sujeitos com um rendimento acadêmico considerado alto apresentariam menor propensão à ideação suicida.

A relação entre violência psicológica e ideação suicida foi bastante curiosa. Entre os que declararam sofrê-la, 68,57% possuíam ideação suicida, porém 50,93% dos que não a sofriam também pensavam em suicídio. Observa-se que, apesar de a violência psicológica ser um fator associado à ideação suicida, não pode ser apontado como a única causa, visto que mesmo dentre os que não a sofrem, o percentual de ideação suicida é alto. Certamente, esse seria um dado a ser mais explorado, caso tivéssemos realizado as entrevistas com os estudantes.

Dentre os estudantes que não consumiam drogas (legais ou ilegais), 51,61% dos indivíduos possuíam ideação suicida. Já entre os que consumiam, a proporção subiu para 78,95%. Estes valores mostram uma relação entre o uso de substâncias psicoativas e a prevalência de ideação suicida. Porém, não foi possível analisar qualitativamente essa relação.

No que tange às orientações sexuais declaradas, a incidência de ideação entre os heterossexuais foi de 50,48%; homossexuais, 61,54%; bissexuais 72,22%. Esse é outro fator que poderia ter sido mais explorado nas entrevistas, por ser um marcador social relevante na problemática em questão.

Enfim, a fase quantitativa da pesquisa foi concluída quando já não havia tempo hábil para realizar a coleta qualitativa. Ela despertou ainda mais dúvidas sobre o objeto de pesquisa, agravadas pelo fato de termos obtido uma amostra tão pequena. Contudo, a equipe foi devastada pelos prazos institucionais, pela indisponibilidade dos estudantes para participar da coleta, pelos sofrimentos particulares que cada um de nós padeceu durante a pandemia de COVID-19, pelo desgosto de ver dois anos de trabalho resultando em praticamente nada. Ou pior, resultando na percepção de que não seria possível construir a tal linha de pesquisa chamada “Sociologia do suicídio na população universitária”.

5 | CONCLUSÃO

Abandonamos o projeto logo após seus modestos resultados terem sido

apresentados num evento científico local, como parte das exigências para prestação de contas das bolsas recebidas. A frustração foi tão grande que ninguém quis continuar. E isso faz parte do jogo científico. Nem sempre as pesquisas decolam, muito menos linhas de pesquisa, como era a nossa ambição inicial.

Mesmo frustrados, não podemos negar que aprendemos um bocado nessa jornada. Não conseguimos comprovar a existência de vários fatores sociais incidentes na ideação suicida de estudantes universitários, muito menos apontar quais desses fatores concorrem para o aumento da prevalência de ideação suicida. E os perfis sociológicos que sonhávamos em construir? Nada disso foi possível. No entanto, aprendemos muito sobre os bastidores de uma pesquisa e como sobreviver num ambiente tão cheio de obstáculos aos nossos propósitos, tal como o ambiente universitário.

De repente, tivemos que olhar para nossas próprias ideações, nossos próprios limites. E resignificamos o fracasso diante da alegria de perceber que, independentemente do desfecho desta pesquisa, nós sobrevivemos!

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Andreia; MATOS, Ana Paula. Ideação suicida e sintomatologia depressiva em adolescentes. **Psicologia, Saúde & Doenças**, 2014, 15(1), 180- 191.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **J. bras. psiquiatr.** Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 1-7, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-0852019000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

D'ECA JUNIOR, Aurean et al. Mortalidade por suicídio na população brasileira, 1996-2015: qual é a tendência predominante?. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 20-24, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2019000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUTRA, Elza. Ideação e tentativa de suicídio entre estudantes de medicina em uma capital do Brasil. **II Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVII Jornadas de Investigación Sexto Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires**, Buenos Aires, p 42-44, 2010. Disponível em: <https://www.academica.org/000-031/194>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

DUTRA, Elza. Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade. **Estudo de pesquisa psicológica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 924-937, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio 2020.

FICHER, Ana Maria Fortaleza Teixeira; VANSAN, Gerson Antônio. Tentativas de suicídio em jovens: aspectos epidemiológicos dos casos atendidos no setor de urgências psiquiátricas de um hospital geral universitário entre 1988 e 2004. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 361-374, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000300005&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2017**. Brasília: Ipea, 2017.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes da ação. Trad. Jaime A. Chasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Trad. Didier Martin e Patrícia C.R. Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Epidemiologia do suicídio**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic--dio-24-final.pdf>. Acesso em 20 maio 2020.

SAMPAIO, Daniel et al. Representações sociais do suicídio em estudantes do ensino secundário. **Análise. Psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 2, p. 139-155, jun. 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312000000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

SANTOS, Hugo Gedeon Barros dos et al. Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, e2878, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100332&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

VASCONCELOS-RAPOSO, José et al. Níveis de ideação suicida em jovens adultos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 345-354, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000200345&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em 19 de maio de 2020.

WERNECK, Guilherme L. et al. Tentativas de suicídio em um hospital geral no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 2201-2206. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001000026&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em 22 de maio de 2020.

COMPETÊNCIA, COMPORTAMENTO E TECNOLOGIA: AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A GERAÇÃO MILLENNIUM

Data de aceite: 02/06/2023

Mônica Pereira da Rosa

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2020), pós-graduada em Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016) e Psicologia Organizacional pela Universidade Metodista de São Paulo (2000). Graduada em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu (1998). Atua como psicóloga clínica e consultora de desenvolvimento humano. Professora na Faculdade de Tecnologia Sebrae do Centro Paula Souza - Fatec Sebrae

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar as principais mudanças no mundo do trabalho visando à compreensão das características profissionais e das competências da chamada geração Y. Foram investigadas, dentre outros aspectos, as premissas do trabalho contemporâneo, bem como as transformações e os desafios em curso nas organizações sobre a força de trabalho das novas gerações. A pesquisa foi realizada com alunos do curso de Gestão de Negócios e Inovação e alunos do curso de Marketing da Fatec SEBRAE, cursando o último semestre letivo. São alunos que já exercem atividades profissionais em

empresas privadas.

PALAVRAS-CHAVE: Competência. Tecnologia. Trabalho. Geração Y.

ABSTRACT: The goal of the study was to analyze the main changes in the world of work aiming at understanding the professional characteristics and the skills of the so-called Generation Y. The premises of contemporary work were investigated, as well as the transformations and challenges underway in the organizations on the workforce of the new generations. The research was carried out with students from the Business and Innovation Management course and Marketing students from Fatec SEBRAE, attending the last academic semester. They are students who already exercise professional activities in private companies.

KEYWORDS: Competence. Technology. Work. Generation Y.

INTRODUÇÃO

Em um cenário que combina competição intensa entre as empresas, necessidade crescente de recursos humanos altamente qualificados nas

organizações, altos índices de desemprego e novas relações de trabalho, a preocupação com os aspectos que afetam a relação entre competência, comportamento e tecnologia, bem como as mudanças do perfil da força de trabalho, ganham proeminência. O desafio e a importância de se entender estes “novos” trabalhadores são alvo de interesse não só dos pesquisadores do tema, mas também dos gestores, cada vez mais focados nos resultados em suas áreas de atuação.

Segundo Castel (1998), o desafio de comprometer indivíduos em organizações que não podem oferecer muito mais do que ganhos atraentes no curto prazo e instabilidade empregatícia no longo prazo, somado à dificuldade para entender os novos ingressantes no mercado de trabalho, jovens com valores e expectativas profissionais semelhantes em certos aspectos às gerações anteriores, mas diferentes o suficiente para serem alvos de estudos que procuram decifrar suas peculiaridades, nos leva à constatação da relevância da temática deste estudo.

Os jovens que pertencem à geração Y vêm ocupando mais espaço no ambiente corporativo, criando desafios estratégicos para o desenvolvimento de novos negócios. Portanto, é importante analisar qual o perfil desta geração e quais influências comportamentais e tecnológicas atuam sobre ela. Geração Y, também conhecida como Geração Millennials, é entendida aqui como a geração formada por pessoas nascidas entre o ano de 1980 e o ano 2000 (LIPKIN; PERRYMORE, 2010, p. 2). A geração aqui denominada Geração Y se caracteriza por ser uma geração que já nasceu conectada, isto é, com tomada de decisões rápidas e uma inquietação peculiar. Veloso, Dutra e Nakata (2016) apontam que esta geração cresceu em contato com as tecnologias de informação e são mais individualistas. Defendem suas opiniões e priorizam o lado pessoal em relação às questões profissionais. Quando as pessoas dessa geração começaram a nascer, no final da década de 1970, encontraram o Brasil passando por grande instabilidade econômica e, na década seguinte, a democracia sendo reinstalada; no cenário mundial, a cultura da impermanência e a falta de garantias com os mercados voláteis.

O objetivo deste artigo é analisar as principais mudanças no mundo do trabalho visando à compreensão das características profissionais e as competências da chamada geração Y. O problema que será investigado é compreender qual é o perfil profissional, no contexto atual das relações de trabalho, dos novos integrantes da força de trabalho denominada geração Y e como se apresenta a relação entre perfil, comportamento e as tecnologias? A partir de critérios como importância, originalidade e viabilidade, a pesquisadora entende que a pesquisa só faz sentido quando afeta uma parcela considerável de um determinado grupo de pessoas e, assim, ao eleger a Fatec Sebrae e seus alunos como fonte de informações para embasamento metodológico desta pesquisa, estabeleceu-se uma sinergia e o provável impacto da pesquisa na sua área de estudo, na sociedade e na própria Instituição de Ensino. Deste modo, a pesquisa foi realizada com 12 alunos concluintes do curso superior de Tecnologia em Gestão de Negócios e Inovação e do curso

superior de Tecnologia em Marketing da Faculdade de Tecnologia Sebrae, localizada em São Paulo, alunos estes com idade entre 20 e 38 anos e que já estão exercendo atividade profissional.

GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Segundo Lazzareschi (2008), uma das formas de organização do processo de trabalho é o método desenvolvido por Frederick W. Taylor. Um engenheiro norte-americano do final do século XIX, que, através de sua obra intitulada “Princípios de Administração Científica”, publicada em 1911, ficou conhecido como o pai da administração científica e, juntamente com Henri Fayol e outros, realizou os primeiros estudos do que ficou conhecido como Escola de Administração Clássica ou Científica.

Esse sistema ficou conhecido como *taylorismo*, com o qual se pretendia alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço. Ao considerar o trabalhador um sujeito preguiçoso por natureza, Taylor busca desenvolver, através do seu método, uma forma de fazer com que o trabalhador realize sua tarefa através de estudos de tempos e movimentos por meio do controle de trabalho feito pela gerência.

Conforme aponta Harvey (1992), outra forma de organização dos processos de trabalho foi o fordismo. Processo desenvolvido em 1914 por Henry Ford, considerado o pai da indústria automobilística, visava a otimizar a produção de veículos. Henry Ford adotou o dia de 8 horas de trabalho e duplicou o valor do salário para 5 dólares por dia. Um dos grandes méritos do fordismo foi ter transformado o trabalhador em consumidor, aumentando seu poder de compra dos bens industrializados.

A humanidade passou por muitas mudanças de sistemas de racionalização, organização e flexibilização do trabalho e todas elas geraram impactos no decorrer do século XX. A substituição do sistema taylorista/fordista para um novo modelo gerou uma série de mudanças no modo de gestão dos processos de trabalho, bem como no modelo de gestão de pessoas. Tanto o modelo taylorista como o fordista foram marcados pela racionalização da produção, divisão e a especialização do trabalho, assim como pela mecanização e pela produção em massa. No final dos anos sessenta do século XX, esse modelo de produção começou a perder espaço, por não conseguir mais suprir a necessidade da produtividade, revelando sua inoperância (SILVA, 2008).

Rifkin (2004) assinala as mudanças ocorridas nos modelos de produção. A partir da década de 1950, surge então o modelo japonês baseado na flexibilidade dos processos de trabalho, modelo denominado *toyotismo*, criado pela Toyota no Japão e também denominado “produção enxuta”. Contrastando com o “operário-massa” do *taylorismo* e do *fordismo*. Hirata (1997) define o trabalhador do modelo japonês como o operário “*toyotista*”, sujeito do processo de trabalho com inteligência, capacidade de inventar e de criar. Essa pessoa é capaz de se implicar, de mobilizar recursos próprios em vista da atividade produtiva. Ele

tem uma visão do conjunto do processo de trabalho e de produção. Tal visão de conjunto é necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas e propor soluções.

Para Harvey (1992), todas essas mudanças levaram a um grande crescimento econômico de alguns países em decorrência do aumento da produção industrial, crescimento caracterizado pela situação de pleno emprego, elevação dos salários graças ao fortalecimento dos sindicatos, distribuição de benefícios sociais e o forte desenvolvimento científico e tecnológico. A flexibilização da produção decorrente do modelo japonês exige do profissional a busca constante por aprimoramento e busca por qualificação para se adequar às novas exigências e à competitividade no mercado de trabalho, completa o autor.

É importante considerar aqui a sofisticação tecnológica gerada pela Indústria 4.0 e pela Inteligência Artificial nos processos de trabalho. Segundo Tropa, Silva e Dias (2017), o uso de tecnologias digitais tem sido potencializado e considerado responsável por promover a próxima revolução industrial, também chamada de “Indústria 4.0”, uma revolução não atribuída à mecanização dos processos de trabalho e sim a uma sofisticação deles, ao utilizar de forma intensiva a tecnologia da informação e de ferramentas que estarão disponíveis. Para estes autores, a Indústria 4.0 considera a interface entre o universo físico de produção e a conectividade em redes no ambiente virtual, permitindo que recursos, informações, objetos e pessoas estejam conectados.

Silva et al (2020) afirmam que a aplicação da inteligência artificial ganha espaço nas estratégias das empresas, embora este crescimento não abarque todas as organizações. O ambiente de negócios está sendo impactado pela inteligência aplicada à tecnologia, que possibilita melhorias nos processos, produtos e relação com consumidores. A necessidade de adoção da inteligência artificial (IA) nos negócios para a continuidade das organizações no mercado altamente competitivo e dinâmico que compõe a atualidade. Ainda segundo os autores, a inteligência artificial (IA) é resultado de uma realidade inovadora e complexa proveniente do avanço tecnológico constante, na qual todas as dimensões da sociedade foram impactadas. Nesta perspectiva, é imprescindível discutir a forma de interação das organizações com os consumidores e fornecedores, no que tange às implicações e às necessidades de redefinição dos seus modelos de negócios, desencadeando, assim, mudanças ocorrem de modo estrutural.

AS COMPETÊNCIAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Em meados de 60 anos, passamos de uma sociedade industrial para uma economia baseada no conhecimento, impulsionada pela informação. As empresas dependem da tecnologia da informação para tudo, desde a execução das operações diárias à tomada de decisões estratégicas.

Desde o início do século XX até a década de 1980, as competências mais exigidas

dos profissionais eram baseadas no trabalho técnico e burocrático, uma vez que as pressões estavam concentradas nos processos produtivos industriais. Através dessas competências, buscava-se racionalidade e eficiência na produção de bens. A partir da grande competição internacional, passa-se então a exigir profissionais para entender e gerenciar resultados, e não apenas manejar tecnologia (HANASHIRO et al, 2008).

Romeira (2017) aponta que em 2020 as competências-chave requeridas pelas empresas mudarão, o que ilustra bem o ritmo acelerado da mudança na sociedade digital em que vivemos e nas suas organizações. Automação, *machine learning*, *3D printing* e digitalização estão a redefinir a forma como o trabalho é realizado, redesenhando a cadeia de valor e provocando alterações profundas no próprio modelo de negócios das empresas.

Castells (2018), o amadurecimento da revolução das tecnologias da informação na década de 1990 transformou o processo de trabalho, introduzindo novas formas de divisão técnica em social do trabalho. Em meados da década de 1990, o novo paradigma informacional, associado ao surgimento da empresa em rede, está em funcionamento e preparado para evoluir.

A interação com sistemas complexos e cada vez mais autônomos também apresenta desafios para os trabalhadores, conforme nos apontam Graglia e Lazzareschi (2018), a adoção de sistemas e equipamentos tecnológicos avançados modifica a natureza do trabalho humano. A amplitude do trabalho pode ter sua complexidade enxugada até o ponto em que o humano se torna assistente da máquina e passa a realizar apenas tarefas complementares em que ela ainda seja improdutivo. A interação pessoa-máquina pode tanto enriquecer as atividades para os funcionários, tornando-as mais integradas e significativas, como depreciá-las.

As empresas e outras organizações também estão sendo afetadas pelas mudanças nas condições da econômica e do trabalho geradas pela transformação digital: mudanças tecnológicas, inovação acelerada, alterações nas cadeias de fornecimento, mudança na arquitetura dos processos produtivos, surgimento de serviços baseados em grandes dados. A típica estrutura organizacional – vertical, hierárquica, preparada para produzir baseada em padronização, com portfólio rigidamente definido e busca permanente por maior escala já vinha mudando ao longo dos anos ao adotar novos modelos (GRALIA; LAZZARESCHI, 2018, p. 119).

AS DIFERENTES GERAÇÕES E O PERFIL DA GERAÇÃO Y

Com a virada do século, o conceito de gerações recupera o seu espaço nas análises sociológicas que indicam não somente as diferenças de classe, mas ainda as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais. Vive-se ainda um momento em que a reconstrução das trajetórias sociais das gerações anteriores torna-se imprescindível para a análise e compreensão das ações coletivas empreendidas pelas novas gerações, bem

como para o entendimento dos desafios que enfrentam (MENETTI; KUBO; OLIVA, 2015).

Segundo os mesmos autores, as gerações não podem ser tratadas como agrupamentos separados de pessoas, mas sim como fruto de uma mudança social que ocorre gradualmente com o passar do tempo; e, para compreender a formação e os traços característicos de uma geração, é importante identificá-los e analisá-los. Eles ainda ressaltam que o século XX foi palco da ação de quatro gerações: tradicionais, baby boomers, geração X e a geração Y.

Erickson (2011) assinala que, por definição, geração é um grupo de pessoas que, com base na faixa etária, compartilham não só uma localização cronológica na história, mas também as experiências a ela associadas. O compartilhamento dessas experiências, por sua vez, induz à formação de crenças e comportamentos comuns.

Antes da geração Y, duas importantes gerações deixaram sua marca: uma é a geração Baby Boomers, formada por nascidos entre 1946 e 1964, que são considerados os avós da geração Y, e, depois, a geração de seus pais, a geração X, que compreende as pessoas nascidas entre os anos de 1965 e 1979. Observou-se nas pesquisas realizadas que estas faixas cronológicas não são fixas, variam de um autor para outro.

Calliari e Motta (2012), por exemplo, descrevem que os cortes cronológicos que definem os baby boomers e a geração X são definidos por marcos históricos, que influenciaram profundamente a estrutura geracional norte-americana. Os baby boomers foram um fenômeno típico americano, marcado pelo grande contingente de soldados vindos da Segunda Guerra Mundial, o que proporcionou a retomada imediata do crescimento populacional nos Estados Unidos. Já a geração X nasceu no meio da Guerra Fria e vivenciou profundas mudanças sociais e comportamentais, na música, na tecnologia e nos relacionamentos afetivos com o advento da AIDS e da pílula anticoncepcional, por exemplo.

A geração X, para Robbins et al (2010), foi aquela que teve sua vida moldada pela globalização, pela carreira profissional do pai e da mãe, pela MTV e pelos computadores. São indivíduos que valorizam a flexibilidade, optam por um estilo de vida equilibrado, buscam satisfação profissional e gostam de trabalhar em equipe. É uma geração que dá muita importância para a família, valoriza a amizade verdadeira, a felicidade e o prazer.

Num cenário de transformações nas carreiras e relações produtivas na atualidade, uma geração de profissionais se destaca no mercado de trabalho: a geração Y, também denominada de Geração Millenium, é formada por pessoas nascidas no final dos anos 70 e início dos anos 80 – até os primeiros anos de 2000, entre 2003 e 2004. Várias denominações são utilizadas para definir esta geração: geração 2.0, geração digital, entre outras.

Em pesquisa realizada para este estudo, verificou-se que a delimitação do período de nascimento das pessoas da geração Y vai variar de autor para autor. Oliveira (2011), por exemplo, define geração Y os nascidos entre 1980 e 1990; portanto, estas pessoas têm de 29 a 39 anos. Lipkin e Perrymore (2010) definem como geração Y os nascidos entre 1980 e 2000, portanto com idades entre 19 e 39 anos. Calliari e Motta (2012) definem como

geração Y os nascidos entre 1980 e 1995, então com idades entre 24 e 39 anos, assim como Erickson (2011), que também define geração Y os nascidos entre 1980 e 1995, tendo hoje entre 24 e 39 anos de idade.

Robbins et al (2010) apontam como características da geração Y o fato de serem pessoas que têm grandes expectativas e buscam significado em seu trabalho. Muitos deles têm como objetivo de vida ser ricos, famosos, mas também se veem como socialmente responsáveis; é uma geração que não tem problema com a diversidade. Foi a primeira geração a ser criada com um forte contato com a tecnologia, por isso, são mais conectados e mais empreendedores; por outro lado, é uma geração cheia de exigências e mais carente.

Uma característica negativa apontada por Lipkin e Perrymore (2010) refere-se ao fato de que a Geração Y cresceu ouvindo seus pais dizerem: “Meu filho está certo de qualquer maneira... mesmo que esteja errado”. Por isso, em vez de aprender com os erros, as crianças dessa geração foram condicionadas a ficar atrás de seus pais, pensando: “Eu sou a vítima aqui e meus pais vão resolver a situação”. Esse tipo de educação exclui a importante lição de assumir a responsabilidade por seus atos. Quando são criados como vítimas, deixam de aprender com as experiências.

Com relação à vida profissional, a geração Y é uma geração preocupada com um futuro de sucesso. Diferentemente do que se acredita ser esta geração, isto é, uma geração de jovens irresponsáveis com as questões do trabalho e sem comprometimento, o que se observa é uma escolha por formas de trabalho que lhes permitam atuar naquilo que lhes dá prazer. Esses profissionais não se adequam a um modelo corporativo tradicional com gestão rígida e unilateral. São profissionais que querem participar da criação das estratégias de negócios e atuar em toda a cadeia deste processo.

Na escola e em casa, a Geração Y foi estimulada a argumentar. Não deveria causar surpresa para os patrões que ela chegasse ao trabalho querendo ter voz. Dar ordens saiu de moda; em seu lugar entraram conversas francas e negociações em que as duas partes cedem. A tendência se acentua conforme a Geração Y cobra novas formas de liderança e de tomada de decisão baseadas na colaboração (LANCASTER; STILLMAN, 2011, p. 21).

Comazzeto et al (2016) consideram que os principais sentidos do trabalho para a geração Y estão relacionados com a identificação e a autorrealização por meio do trabalho. Aspectos como autonomia, desafios e conciliação entre vida pessoal e profissional e busca por qualificação são de grande importância. Eles esperam da organização oportunidade de crescimento rápido, confiança e relacionamento interpessoal.

Um desafio grande que as empresas têm atravessado é descobrir formas de gerenciar os profissionais desta geração. É importante para as empresas conseguirem se adaptar a esse dinamismo de seus jovens profissionais, completa.

Para Lipkin e Perrymore (2010), os jovens da geração Y se desenvolvem com base em recompensas e elogios externos. São impulsionados mais pela motivação externa do que pela motivação interna e o ambiente de trabalho é influenciado por isso. Os jovens desta

geração procuram gratificação instantânea, não querem saber de investimento de longo prazo no que se refere a trabalho e com isso muitos gestores reclamam que estes jovens precisam de constante aprovação e recompensa para se sentirem motivados a produzir. Esperam recompensas como: elogios, bônus, aumento de salário, dias de trabalho em casa e benefícios extras.

RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O presente estudo utilizou a pesquisa qualitativa. A escolha do modelo de pesquisa qualitativa descritiva foi inspirada por sua característica principal que, segundo Rudio (1999, p. 67), “[...] em uma pesquisa qualitativa descritiva, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la [...]”.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, que têm como ponto de partida a seguinte pergunta: “Qual o significado do trabalho para você? ”. A amplitude da pergunta tem o intuito de evitar influenciar ou conduzir os entrevistados a falar sobre aspectos específicos do ambiente e das recompensas disponíveis.

Após a transcrição das entrevistas, realizaram-se as análises das respostas que emergem nos temas comuns, indicativos das principais expectativas relativas ao trabalho nas organizações, em que sobressaem as recompensas tangíveis e intangíveis esperadas pelos entrevistados. A intenção é também identificar os temas como: plano de carreira, perfil profissional, relação com gestores e remuneração, assuntos peculiares aos jovens contemporâneos, elaborando-se, assim, a análise do material obtido.

Participaram da pesquisa 12 alunos voluntários, sendo 8 alunos do curso superior de Tecnologia em Gestão de Negócios e Inovação e 4 alunos do curso superior de Tecnologia em Marketing da Fatec Sebrae. Todos eles cursando o último semestre letivo e todos nascidos entre os anos de 1981 e 1999, o que caracteriza o perfil de idade da geração Y, segundo os autores pesquisados, portanto, dentro de uma faixa etária de 20 a 38 anos.

Qual é o significado do trabalho para você? Esta questão tem como pano de fundo o tema “trabalho”. Devido à grande quantidade e velocidade de mudanças ocorridas no cenário atual, conforme relatado por alguns autores na revisão teórica deste trabalho, o significado do trabalho torna-se um tema cada dia mais complexo, pois envolve diversas variáveis. Questões como novas tecnologias que facilitam e agilizam as tarefas; diversidade de perfis profissionais; ambientes de trabalho tecnológicos e remotos, bem como novas possibilidades de carreiras são amplamente discutidas.

Diante desta questão, os entrevistados apontam como mais significativa o fato de o trabalho ser uma forma de exercer talentos e competências e ainda obter vantagens com isso, sejam recursos financeiros, satisfação ou motivação. Consideram também que é uma forma de colocar em prática e exercitar valores e conhecimentos. É a possibilidade tanto de exercer uma atividade criativa e que lhe traga remuneração quanto de crescimento pessoal

e satisfação.

O trabalho é citado também como fator de independência e busca por autorrealização e reconhecimento, conforme se observa no discurso a seguir:

O trabalho é onde eu preciso me sentir realizada, onde eu busco me sentir reconhecida e isso é uma coisa que para mim tem muito valor, sair dos lugares e saber que as pessoas têm coisas boas para falar a respeito do meu trabalho. Então tem uma importância social muito grande (N., 35 anos, gerente de marketing).

Quais os fatores que o levam a considerar uma empresa um lugar bom para trabalhar? Nesta questão os entrevistados entendem que um bom lugar para se trabalhar refere-se tanto ao ambiente físico quanto ao comportamental. É possível citar, por exemplo, fatores como condições de trabalho adequadas, salário, benefícios, modelo de gestão entre outros.

Os entrevistados consideram que uma empresa boa para se trabalhar precisa ter um ambiente que propicie aprendizado. Precisa, ainda, ser um lugar onde as pessoas exerçam uma boa comunicação, tendo clareza nas diretrizes e trocas de informações com a equipe. Uma empresa que apresente propostas desafiadoras. A transparência e a identificação com seus valores pessoais também são citadas como fator agregador de valor à empresa.

Consideram importante a clareza e o acompanhamento de perto de seu desempenho e das metas propostas por seus gestores, o trabalho precisa ser notado. Dão valor às premiações por meio de recompensas tangíveis como forma de motivar a equipe.

O salário é o maior atrativo para escolher um emprego? Salário e emprego na maioria das vezes aparecem como fatores complementares ou antagônicos. Nesta pesquisa, observa-se que o salário deixou de ser, para muitos deles, um fator preponderante na escolha por um emprego. A possibilidade de crescimento pessoal e profissional, desenvolvimento de novas competências e a chance de mostrar seu potencial tornam-se imperativos quando se trata de aceitar uma proposta de trabalho e da permanência no mesmo.

A possibilidade de crescimento, de ter um plano de carreira, ter clareza das reais possibilidades de crescimento, e ter alguém que acompanhe e direcione seu desempenho, bem como ter um ambiente inspirador, são considerados por alguns entrevistados elementos de maior relevância do que os ganhos financeiros.

Para alguns entrevistados, o salário ainda é fator de motivação, assim como a busca por crescimento e desenvolvimento profissional, mas o ambiente de trabalho e o tipo de gestão também interferem muito nesta motivação, segundo eles.

O ambiente de trabalho é um aspecto bastante relevante para estes profissionais. Muitos consideram que um clima de descontração e respeito faz a diferença na motivação para o trabalho.

Quais benefícios, não financeiros, oferecidos pela empresa você considera importante? Para os entrevistados a flexibilidade de horário, home office, ambiente

saudável, poder gerenciar a própria agenda, oportunidades de aprendizado e plano de carreira são prioritários. Para muitos o dinheiro é importante, porém estas propostas tornam o trabalho bem mais atraente.

Muitos apontaram que a tecnologia facilita muito sua atuação profissional quando este é desempenhado de forma remota. Trabalhar de casa ou de qualquer lugar com acesso a uma rede wi-fi tornou-se mais conveniente, pois a informação está acessível na palma da mão em qualquer lugar, e isso encurta distâncias e acelera resultados.

Por outro lado, aqueles jovens que trabalham num regime de contratação PJ (Pessoa Jurídica) não consideram ganhos que não sejam os financeiros. O regime PJ designa um profissional que tem uma empresa registrada em seu nome e se responsabiliza por todos os encargos para a execução de um serviço. São profissionais que preferem o ganho financeiro em detrimento de outros benefícios.

Qual estilo de gestão/liderança você considera o mais eficiente para o seu trabalho? Os entrevistados demonstram que o modelo de gestão que realmente funciona é aquele que permite o crescimento e o desenvolvimento de novas competências, e não apenas o cumprimento de metas.

Muitos relatam que se adéquam melhor ao modelo de gestão participativa, onde as diretrizes do trabalho são claras e as tarefas acompanhadas de perto pelo gestor. Não gostam da sensação de seu trabalho não ser observado ou até mesmo, considerado pouco importante. Apontam como ideal o modelo de parceria, onde o gestor e colaborador fazem juntos e têm os mesmos objetivos. Os entrevistados relatam ainda que precisam muito do feedback e que este é necessário para nortear suas tarefas e suas entregas. O feedback situa o profissional no sentido de entender que seu trabalho está em acordo com o que é demandado dele.

Você sabe quais são as competências exigidas pelo mercado de trabalho atualmente? Os entrevistados consideram que tanto as habilidades técnicas quanto as habilidades socioemocionais têm grande peso num processo de seleção. Para eles, a capacidade de resolução de problemas em um curto prazo de tempo faz a diferença num ambiente de trabalho tão ágil e volátil.

Uma necessidade apontada pela maioria dos entrevistados refere-se ao domínio das novas tecnologias por parte de todos os profissionais na atualidade. Segundo eles, a tecnologia permite o aperfeiçoamento de produtos e serviços, como o uso da internet para solução rápida de problemas; ela otimiza também o aumento da produtividade dos funcionários. Conhecimento de pacote Office, Excel, Big Data, inserção das plataformas e armazenamento de dados é imprescindível para muitos cargos.

Conhecimento das novas tecnologias, capacidade de programar e interpretar linguagens de programação, utilização de diversos softwares, aplicativos e banco de dados estão entre as principais habilidades exigidas para as mais diversas funções nas empresas atualmente.

Você se sente preparado para competir com outros profissionais no mercado de trabalho, com as habilidades que você possui hoje? Observa-se que a maioria dos entrevistados se sente pressionada a atender as exigências do mercado de trabalho e relata a sensação de total desacordo com elas. Entretanto, é notório o desejo de busca pelo aprimoramento e desenvolvimento de novas habilidades, sejam elas técnicas ou comportamentais. Muitos deles relatam seu processo de busca por esse crescimento através de cursos técnicos, outros cursos de formação superior, pós-graduação, fluência em outros idiomas e a preocupação com o autoconhecimento.

Uma das habilidades que mais aparece nas respostas dos entrevistados é a facilidade em trabalhar em equipe. Ressaltam que esta prática torna seu trabalho mais dinâmico e criativo. Gostam da troca de experiências que este trabalho propicia. Outros relatam a adaptabilidade como um fator positivo no seu desempenho profissional diário.

Você tem preferência por trabalhar no setor da produção de bens ou de serviços? Sobre esta questão, a maioria dos entrevistados demonstra preferir o setor de serviços. Eles alegam que este é um trabalho muito mais desafiador por exigir criatividade no atendimento às demandas do cliente, interno ou externo. Outra justificativa da escolha, segundo eles, é o fato de que o trabalho no setor de serviços exige um contato direto com pessoas e soluções constantes de problemas, o que o torna mais dinâmico e desafiador. O discurso destes jovens evidencia aspectos como originalidade e criatividade, estimulando a mudança, a ruptura e a inovação, características estas inerentes ao perfil da geração Y, segundo alguns autores citados neste trabalho.

De que maneira você pretende aprimorar sua capacidade profissional daqui para frente? Os entrevistados apontam em primeiro plano a necessidade de aprimoramento nas novas linguagens tecnológicas, mídias sociais, programação; em segundo plano, aprimoramento técnico em gestão de negócios, BI – *Business Intelligence* e gestão de pessoas; e, em terceiro plano, outros idiomas. Metade dos alunos entrevistados tem o inglês como segundo idioma, portanto fluente, e os demais apresentam fluência no nível intermediário e se aprimorando.

Eles consideram importante tanto o desenvolvimento das habilidades técnicas quanto das comportamentais, uma vez que, num cenário de mudanças rápidas no mundo do trabalho, não se deve preocupar apenas em obter conhecimento, ele deve também planejar a carreira, de modo a desenvolver aptidões e descobrir o seu potencial.

Um fator importante observado no discurso dos entrevistados é a consciência de que a busca pelo aprimoramento e o desenvolvimento da carreira compete exclusivamente a eles. Declaram que, em um ambiente cada vez mais competitivo, só restará lugar ao profissional que demonstra prontidão cognitiva e gestão da própria carreira.

O que pensa a respeito da Indústria 4.0 e a Inteligência Artificial? Todos os entrevistados afirmaram reconhecer a relevância destes segmentos no mundo do trabalho atualmente. O pensamento da maioria converge para o fato de que a tecnologia

e a automação impactam diretamente e de forma positiva a qualidade do trabalho das empresas. A tecnologia, segundo eles, facilita execução de tarefas, agiliza processos e viabiliza a criação de novos produtos e serviços.

Muitos entrevistados declaram que seu trabalho hoje não seria possível se não fossem os recursos tecnológicos utilizados, agilizando processo, facilitando o acesso do cliente ao produto ou serviço e viabilizando entregas num curto espaço de tempo.

Sob quais formas de contratação da CLT você aceitaria trabalhar? Por quê?

Alguns entrevistados consideram o modelo de trabalho por contrato intermitente uma boa forma de se trabalhar, mas que essa condição não se aplica a todo tipo de atividade. Dentre os que trabalham como Pessoa Jurídica existe a valorização da liberdade na gestão dos próprios projetos como um ganho na carreira. No trabalho de consultoria (um serviço oferecido por um profissional ou empresa de uma área específica), alguns consideram que as condições impostas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) engessam muito o processo, que o PJ (pessoa jurídica) é o mais indicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se analisar as principais mudanças no mundo do trabalho visando à compreensão das características profissionais e as competências da chamada geração Y, para traçar o seu perfil profissional e o seu comportamento no ambiente de trabalho.

Ao contrário do que declaram alguns meios de comunicação, ao afirmarem que profissionais da geração Y não têm ética, observou-se com esta pesquisa que estes profissionais, diferentemente de outros das gerações anteriores, apenas priorizam aspectos da vida profissional não valorizadas pelas outras gerações, como realizar atividades que lhes proporcionem ao mesmo tempo ganhos financeiros e realização pessoal.

Fundamentado nos dados obtidos nesta pesquisa, pode-se afirmar que esses jovens profissionais estão bem adaptados às mudanças tecnológicas que são consideradas hoje vantagens para a agilidade dos novos negócios de empresas que estão conectadas mundialmente num modelo de sociedade em rede.

Com a análise das respostas dos estudantes, foi possível perceber que os profissionais não se adequam mais a modelos de trabalho segundo os quais cada trabalhador deve executar uma única tarefa de forma padronizada, como anteriormente se via no processo fordista. Hoje eles valorizam uma boa comunicação entre colaboradores, o aprendizado e as trocas estabelecidas com o espírito de equipe.

Com relação às competências exigidas pelo mercado de trabalho e em decorrência da grande complexidade dos negócios e concorrência entre empresas, surge a necessidade de um profissional com capacidade de criar novas estratégias e soluções criativas para atender a demanda da empresa e satisfazer as necessidades do mercado. Pode-se também

observar que este profissional precisa demonstrar prontidão cognitiva e ter a capacidade de assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas, sendo capaz de dar conta de negócios cada vez mais disruptivos. Precisa atender, ainda, a demanda de um mercado cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo.

O profissional da geração Y apresenta características como: aprender a aprender; comunicação e colaboração; raciocínio criativo e resolução de problemas; conhecimento da tecnologia; conhecimento de negócios globais; desenvolvimento de liderança e autogerenciamento da carreira.

Os fatores capazes de promover a motivação nestes profissionais, observados neste estudo, são condições de trabalho que lhes permitam pôr em prática sua capacidade criativa, poder exercer sua independência e buscar por autorrealização, tendo o valor do seu trabalho reconhecido.

Fica evidenciado, ainda, que os jovens da Geração Y fazem parte de um grupo que está, aos poucos, provocando mudanças silenciosas, talvez não com a mesma força das gerações dos anos 1960 e 1970, mas, certamente, com o mesmo poder de mudança. Por isso, suas características e perfis necessitam ser vistos, gerenciados e, principalmente, compreendidos pelas demais gerações e, neste mesmo ritmo, as organizações devem buscar acompanhar tais mudanças e paradigmas e manterem-se atualizadas.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CALLIARI, Marcos; MOTTA, Alfredo. *Código Y. Decifrando a geração que está mudando o país*. São Paulo: Évora, 2012.

COMAZZETTO, L. R. et al. A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. *Psicologia: Ciência e Profissão*. [on-line]. 2016, vol. 36, nº 1, p.145-157. ISSN: 1414-9893. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 26 set. 2018.

ERICKSON, Tamara. *E agora, Geração X? Como se manter no auge profissional e exercer a liderança plena numa época de intensa transformação*. Tradução Bruno Alexander. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. GRAGLIA, M. A. V.; LAZZARESCHI, N. A indústria 4.0 e o Futuro de Trabalho: tensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 06, nº 14, São Paulo, 2018.

HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. (Orgs.). *Gestão*

do fator humano: uma visão baseada em Stakeholders. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: Alipio Casali et al. *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Educ, 1997. LANCASTER,

L. C.; STILLMAN, D. *O Y da questão: como a geração Y está transformando o mercado de trabalho*. Tradução de Leandro Woyakoski. São Paulo: Saraiva, 2011. LAZZARESCHI, Noêmia. *Sociologia do trabalho*. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2008. LIPKIN, Nicole; PERRYMORE, April. *A geração Y no trabalho: como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura da sua empresa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MENETTI, S.; KUBO, E.; OLIVEIRA, E. A geração Y brasileira e o seu comprometimento organizacional em empresas de conhecimento intensivo. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*. Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão, vol. 14, n° 2, Lisboa, jun. 2015.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Bools, 2004.

ROBBINS, S.; JUDGE, T.; SOBRAL, F. *Comportamento Organizacional. Teoria e prática no contexto brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROMEIRA, Almerinda. As novas competências do mercado de trabalho. Especial Formação. *Leitor Jornal Econômico*. Publicado em 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://leitor.jornaleconomico.pt>. Acesso em: 06 out. 2019.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 26ª ed. São Paulo: Vozes, 1999.

SILVA, V. R. V. et al. Um estudo sobre a indispensabilidade da força inovadora da inteligência artificial nas organizações. In: *Tópicos em administração*. V. 28. Ed. Poison, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TROPIA, C. E. Z; SILVA, P. P.; DIAS, A. V. C. Indústria 4.0: Uma caracterização do sistema de produção. Gestión de la Innovación para la Competitividad: Sectores estratégicos, tecnologías emergentes y emprendimientos. *Altec 2017 - XVII Congreso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica*. 16 al 18 de octubre de 2017, Ciudad de México, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 12 fev. 2020.

A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA: UM EXERCÍCIO BASILAR PARA O CIENTISTA SOCIAL

Data de aceite: 02/06/2023

Suely Nobre de Sousa

Mestre em Educação (UFMT). Tec. Adm/Pedagoga no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNIUBE), sob Orientação do Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Sousa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

RESENHA: MILLS, Charles Wriqth. **A imaginação Sociológica**. Tradução: Waltensir Dutra. 6ª ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1982. p.246.

O sociólogo norte-americano Mills tornou a sociologia acessível ao mundo como “ciências sociais”, a partir da publicação de sua obra “A Imaginação Sociológica”, em 1959. Dentre os vários objetivos do livro, destaca-se a premissa de expandir a consciência das pessoas sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade como um todo. Nessa ótica, tona-se pertinente destacar as palavras de Frazão (2015), quando diz que:

Para Mills, os três componentes que formam a imaginação sociológica

são: a História, a Biografia e a Estrutura Social, que permitem um olhar para além de seu ambiente local, no sentido de fornecer informações e desenvolver razões, a fim de se perceber com lucidez o que está acontecendo no mundo e como está refletindo dentro de si mesmo. (FRAZÃO, 2015, online).

Sendo assim, a tríade mencionada no excerto é discutida em diversos temas distribuídos nos dez capítulos da obra, os quais, problematizam a relação entre o homem e a sociedade, sob uma perspectiva crítica que pondera a importância do ser humano conhecer a si mesmo e o mundo a sua volta. Nesse sentido, a obra apresenta os estudos das bases epistemológicas enquanto elementos fulcrais para a ampliação do conhecimento de relações complexas, como as estabelecidas pelo homem no seio da sociedade. O acesso ao às proposições tecidas por Mills nessa obra é uma ferramenta essencial para a compreensão das dinâmicas instituídas na sociedade, a partir da leitura de contextos históricos e culturais.

No primeiro capítulo, intitulado “A

Promessa”, o autor mantém o foco em alguns temas, como: o homem e o mundo moderno; a imaginação sociológica para a compreensão do mundo moderno; a história e biografia; as características da época; os estilos de ciência social; os denominadores comuns intelectuais; a ciência hoje e os conceitos de ciência social. Nesse capítulo, Mills (1982) apresenta um perfil de homem social em seu contexto de vida, inserido em um ciclo de trabalho e produção para sobrevivência, limitando suas capacidades de ação no ambiente em que vive.

Para o autor, no que diz respeito ao ambiente menor, isto é, aquele onde estão a família, os vizinhos e o emprego, há uma sensação de encurralamento. Isso se dá, pois, o homem se torna espectador das questões além desse perímetro, por não se reconhecer como capaz de atuar fora desse contexto. Em acréscimo, Mills (1982, p.9) sinaliza que “o indivíduo só pode compreender sua própria existência e avaliar seu próprio destino localizando-o dentro do seu período”. Além disso, para ele, quando a sociedade muda, os sujeitos se alteram e alteram seus papéis, mas o homem raramente consegue ter essa consciência da ligação de sua vida com o curso da história mundial. O autor pontua também que a realidade histórica contemporânea da época constituía em aparatos para o êxito e para o fracasso das pessoas, sendo o êxito apenas para os detentores do capital. Nesse aspecto, Mills (1982) adverte que o capitalismo reforça o abismo entre as classes; a massa e os que detêm capital – poder.

A partir dessa abordagem, Mills (1982, p.11) define que “a imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo”. Nesse sentido, aponta que “o indivíduo só pode compreender a sua própria experiência e avaliar seu próprio destino” se entender sua relação histórica no mundo; visto que “a imaginação sociológica nos permite compreender a história, a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade” (MILLS, 1982, p.12).

Assim, a promessa reside no desenvolvimento da imaginação sociológica e nas possibilidades que podem surgir na sociedade contemporânea. Para o autor, ter acesso à informação não é suficiente para dotar o indivíduo de todas as habilidades necessárias para se tornar um homem moderno. Mills (1982) alerta que um indivíduo só pode compreender a sua existência para além do aspecto físico se for capaz de se reconhecer como um sujeito integrante da coletividade de seu contexto social. O autor afirma que o liberalismo político e econômico desconsiderou as relações entre os indivíduos e a sociedade e das variáveis que dela advêm.

Mills propõe questões para se pensar e buscar respostas à luz de suas colocações sobre estrutura e posição da sociedade na história humana. Sobre as variedades que predominam, há uma teia de relações indivíduo-sociedade entre a variedade de estrutura e de posição. Segundo o autor, “é o número e variedade dessas modificações estruturais que aumentam a medida que as instituições dentro das quais vivemos se tornam mais gerais e mais complicadamente ligadas entre si” (MILLS, 1982, p. 17), tornando os indivíduos

espectadores, pois, não fazem parte das mudanças, não se veem capazes de assimilar novos conceitos e se embrenhar na nova estrutura. No entanto, a maneira de enfrentar essa situação é através da conscientização da estrutura social e da habilidade em utilizá-la com sensibilidade. Esse processo não acontece sem luta, uma vez que a tomada de consciência das massas pode qualificá-las e incomodar aqueles que detêm o poder. Para avançar nesse sentido, é preciso se preparar, se formar e agir com perspicácia nas relações sociais.

De acordo com Mills (1982), a imaginação sociológica encontra sua aplicação mais eficaz nas perturbações que surgem no meio próximo, ou seja, nas inquietações que podem desencadear um novo modo de pensar e agir. O autor destaca que as questões relacionadas a essas perturbações são frequentemente assuntos privados e individuais, uma vez que as pessoas sentem que seus valores estão ameaçados. No que diz respeito às contradições sociais, o autor discorre sobre questões como o desemprego, o casamento e a vida na metrópole, como exemplos de situações que podem desencadear problemas, crises e inquietações.

Em relação às inquietações, o autor propõe que se pense nas questões públicas de forma coletiva, estabelecendo preocupações-chave e questionando as contradições para que os indivíduos não sejam indiferentes às ameaças que se apresentam. Ademais, Mills (1982, p.20) afirma que “a principal tarefa intelectual e política do cientista social[...] é deixar claro os elementos da inquietação e da indiferença contemporânea”. Como pode ser constatado, o autor argumenta que as ciências sociais estão se tornando o denominador comum do período cultural atual. Ele utiliza a ciência física e biológica como um ponto de referência para refletir sobre a metafísica popular presente nas sociedades ocidentais. Além disso, defende que a imaginação sociológica está se consolidando como o principal denominador da vida cultural contemporânea.

Segundo Mills (1982), em virtude das múltiplas tarefas atribuídas aos cientistas sociais, sua área de estudo se configura como uma ciência ampla, resultado do que os próprios pesquisadores realizam em um determinado momento. Desse modo, a ciência social estabelece parâmetros para análise de questões culturais da época, visto que “a Sociologia é um empreendimento enciclopédico, ocupando-se da totalidade da vida social do homem” (MILLS, 1982, p.30).

O autor propõe uma concepção de ciência social que vai além de mera utilização de técnicas burocráticas, que muitas vezes limitam a pesquisa social. Em vez disso, ele defende uma abordagem metodológica que permita a utilização de conceitos, sem restrições que possam prejudicar o processo de investigação. E, apresenta três direções do trabalho sociológico: *Tendência I* – da sociologia como empreendimento, pautada em Comte, Marx, Spenser e Weber. *Tendência II* – da natureza do homem e da sociedade como teoria sistemática que ocupa de conceito criado para classificar as relações sociais, sob teorias de Simmel e Van Wise. *Tendência III* – com sentido estudos empíricos dos fatos

e dos problemas sociais. Mills (1982) propõe uma nova concepção para a Sociologia, que parte da ideia de que essa disciplina deve romper com as tendências tradicionais e dar lugar a outras abordagens sociológicas. Nessa perspectiva, as relações sociais devem ser analisadas em suas diversas variedades, levando em conta o contexto social, político, histórico e cultural em que se inserem.

No segundo capítulo, denominado “A Grande Teoria”, o autor discorre sobre vários tópicos, como: exemplos de estilos grandiloquentes com traduções; reação a grande teoria; o equilíbrio social; diferenças entre pensamento e observação; a legitimidade do poder; os meios de poder; o poder e a Grande Teoria. De modo geral, esta parte do livro ressalta o comportamento humano como balizador da análise de valores partilhados, aprendidos, não herdados e o comportamento esperado como importante para a estabilidade da sociedade em funcionamento.

Mills (1982) aborda questões relevantes relacionadas à ordem e ao sistema social, enfatizando a importância dos padrões, normas e regularidades que são considerados reais e que contribuem para o equilíbrio social em longo prazo. O autor assinala que “as melhores classificações e definições desse controle social foram dadas por Max Weber” (MILLS, 1982, p.40). Entre elas, caracteriza o estilo lógico do pensamento representado pela grande teoria, e indica como a maioria dos cientistas sociais ordenaram e resolveram problema da ordem de Parson. A grande teoria se refere a um conjunto de atos ações individuais e demandas da sociedade, analisadas sob o método científico visando obter relações abstratas da sociedade.

Mills (1982) destaca a importância da teoria de sistemas sociais na sociologia, que se preocupa com fenômenos como a institucionalização e os padrões de valor orientados pelo sistema social. Ele destaca as contribuições de diversos autores, incluindo Parsons, Lockwood, Mosca, Look Strobel, Thurman, Weber, Durkheim, Marx, Rousseau e Spencer, que realizaram análises sociológicas fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais. A concepção de poder na sociedade moderna envolve a ideia de autoridade baseada na justiça e na convicção dos indivíduos em relação ao contexto social. Além disso, o poder também está associado à manipulação que ocorre por meio do conhecimento e das ideologias que surgem em reação às convicções estabelecidas.

Mills (1982) discute o problema da ordem institucional, citando um modelo imaginário em que há padrões semelhantes presentes em cada uma delas, como na América de Tocqueville. Ele ressalta que esses modelos políticos podem ser afetados por fragmentações, incluindo movimentos sociais, econômicos e, em casos extremos, movimentos como o nazismo.

O pesquisador encerra o tema referindo ao Ethos de Weber com clímax da tradição clássica alemã que “possibilitou em parte considerável um quadro de trabalho sociológico no qual as concepções gerais sobre sociedade estavam intimamente ligadas à exposição histórica” (MILLS, 1982, p.58). Além disso, cita o marxismo clássico com as contribuições

de Max Weber e Karl Marx, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade moderna.

No terceiro capítulo, o autor discorre sobre “O Empirismo Abstrato” de modo a discutir elementos, como: o caráter geral e o estilo de trabalho; público e massa; as pesquisas de opinião; estudos de estratificação; os resultados da escola; suas características intelectuais; inibição metodológica; filosofia e ciência; problemas econômicos da pesquisa e a entrevista. Mills (1982) explora as discussões em torno dos estudos de opinião pública, partindo da definição histórica do público construído em sociedades “de massas”, “totalitárias”, “democráticas” ou “democracias totalitárias”, transitando para o conceito mais moderno a partir de questões da ideia de legitimação como concepção de ciência política e das pesquisas de opinião ilustradas no empirismo abstrato.

Mills (1982) destaca que uma das principais características do empirismo abstrato é sua estreita relação com os aparatos administrativos que utiliza, bem como com os tipos de trabalhos intelectuais que emprega e treina as pessoas. Ele enfatiza que as características intelectuais mais importantes desse método derivam da filosofia da ciência adotada por seus praticantes. Mills destaca ainda a importância dos conceitos básicos na compreensão das nuances e diferenças entre o empirismo abstrato, a filosofia da ciência social e o método científico.

Referindo ao tempo e ao dinheiro na pesquisa, o autor indica que “há duas apologias do empirismo abstrato que se aceitas, significa que a fragilidade de dados é provocada sob características e formas de natureza inerente ao método acidental” (MILLS, 1982, p.74). O autor explica que o método se relaciona com situações de dificuldade e lança questionamentos para provocar o leitor a reflexões. Para ele, não há problemas na utilização dos métodos sem definição da filosofia. Métodos específicos e empirismo são adequados e convenientes para a pesquisa com vários problemas, tais como os processos estatísticos, como abordar, como ocorre a inibição metodológica para tratar fenômenos particulares.

No quarto capítulo Mills (1982) trata dos “Tipos de praticalismo”, sobre o qual discute: problemas de avaliação; julgamento de valor; a utilidade prática das pesquisas; economia e ciência social; a ciência social do século XIX; o liberalismo como denominador comum; o praticalismo liberal; a sociologia prática o retardamento cultural e sobre os conservadores práticos.

Inicialmente, Mills (1982) enfatiza que a confusão presente nas ciências sociais é complexa, envolvendo questões morais, científicas, políticas e intelectuais. A tentativa de ignorar essa realidade é uma das razões pelas quais essa confusão persiste, visto que diferentes valores e adoções morais e políticas geram conflitos e perturbações no trabalho do cientista social. Embora haja conceitos e finalidades definidos, ainda falta clareza quanto ao objeto de estudo. É importante ressaltar que a pesquisa nas ciências sociais sofre julgamentos e é permeada por conflitos que precisam ser reconhecidos e superados para uma produção científica mais eficaz.

Em seguida, com um tom de descrença, Mills (1982) expõe como a pesquisa nas

ciências sociais, na época, tinha sua utilidade restrita apenas ao exército e ao serviço social, sob a égide da relevância ideológica e das teses críticas. O autor enfatiza como a economia clássica e a demografia serviram como modelos ideológicos e estatísticos, utilizados para fins políticos liberais. Além disso, traça um panorama das ciências sociais praticadas nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, altamente influenciadas pelo liberalismo. E, denuncia a falta de diversidade de perspectivas e finalidades nas pesquisas sociais da época.

O autor explica que “na antiga sociologia prática, os ambientes, os problemas políticos são raramente considerados como radicalismo” (MILLS, 1982, p.99). Além disso, acrescenta que o praticismo liberal tendia a ser apolítico, ou a aspirar a uma espécie de oportunidade democrática. Também, não se questiona a própria ordem política, cuja visão é limitada e definida como uma sociologia moralizante dos ambientes.

Mills (1982) trata ainda da noção de “atraso” cultural com origem no pensamento utópico grevista que de fato ocorre pela ausência ou negligência na avaliação; pela da aparência histórica que se configura pela aplicação de programas com ausência de objetivo; também pela ideia muito popular que as instituições, em geral, estão com atraso em relação à tecnologia e a ciência. Tal efeito “envolve uma avaliação positiva da ciência e da transformação progressista orientada, em suma, é uma continuação liberal do iluminismo” (MILLS, 1982, p.100).

O autor pontua que, desde o término da segunda guerra civil, a classe média urbana da América, em sua maioria composta por homens de negócios, ganhou poder político com ascensão da renda e posição. Assim, passaram a compor a camada da noção de progresso, marcando 1930 como a era da tecnologia doméstica e do transporte. O uso do termo “atraso cultural” utilizado pelos cientistas sociais permaneceu sendo aplicado politicamente de forma fragmentada. A esse respeito, o estudioso relata que “os problemas da classe média americana que viviam nas pequenas cidades, não estão de acordo com o desenvolvimento da época” (MILLS, 1982, p.101).

Segundo o autor, ao superar a noção de atraso, a ideia de adaptação se ajusta à ciência social na análise da sociedade, pois, possibilita observar as novas relações movidas pela agregação de novos indivíduos, entre eles, os imigrantes. Nessa nova conduta, foi possível identificar o homem ideal socializado advindo da geração de sociólogos que participava e progrediam em um ritmo ajustável.

Mills (1982) aponta que, ao lado do antigo praticismo, surgiram novos tipos de movimentos, incluindo o liberalismo, que tornou-se um movimento de reforma do estado de bem-estar social, em vez de ser apenas administrativo de serviços sociais. Segundo Mills, a sociologia pode ser um impulso reformista nesse processo. Suas tendências passaram a instrumentos úteis às empresas. E, aponta a escola de “relações humanas na indústria” como exemplo de praticismo liberal (MILLS, 1982, p.39).

Este modelo econômico privilegia a escolha de homens intelectuais para cargos de

gestão na indústria, como forma de impulsionar o crescimento econômico. No entanto, essa estratégia não leva em conta a maioria da população, tornando mais grave a desigualdade social. Assim, para Mills (1982), o novo praticalismo vem com roupagem de ciência social e “dos clientes sociais” o que fez emergir novas instituições nas quais esse modelo instalou, incluindo indústrias, departamentos de empresas, centros de pesquisas das universidades, força aérea e governo. O autor destaca que “pela primeira vez os cientistas sociais entraram em relações profissionais com poderes privados de públicos bem acima da repartição encarregada do bem-estar social e do agente municipal.” (MILLS, 1982, p.107).

Segundo Mills, nesse novo praticalismo, os conservadores práticos refutaram os sindicatos em nome da liberdade para o lucro, tendo as grandes empresas conservadoras como aliadas. Esse fato fez surgir um novo centro de poder: os conservadores sofisticados, caracterizados pelos símbolos liberais, mas para finalidades conservadoras.

Dentro desse contexto, Mills (1982) questiona o real interesse dos professores e registra que muitos deles começaram a se contentar com pequenos aumentos salariais e novas oportunidades de pesquisa. Além disso, passaram a oferecer sua expertise em administração para ajudar diretores de fábricas a obter mais lucros e reduzir problemas. Essa mudança de comportamento reflete uma tendência crescente de profissionalização dos professores e uma preocupação cada vez maior com os interesses econômicos em detrimento da sua função primordial de educadores.

O autor esclarece nesse ponto, que os professores passaram a desfrutar de uma nova carreira: “o novo empreendedor” — o que impulsionou carreiras universitárias. Contudo, essa ascensão deixou os professores na América latina, ambiciosos e insatisfeitos, já que o prestígio profissional não era equivalente aos sacrifícios econômicos necessários. Esse acontecimento resultou em uma disparidade salarial entre profissionais, onde alguns eram valorizados como mais capazes do que outros. O autor destaca que essa situação reflete a abertura da comunidade acadêmica americana para um novo tipo de praticalismo, onde as habilidades práticas e a eficiência são mais valorizadas do que a excelência acadêmica em si. Essa mudança pode ter implicações significativas na forma como a academia é vista e operada no futuro.

O quinto capítulo nomeado “*Ethos* Burocrático”, Mills (1982) discute temas, como: o praticalismo liberal; a ciência social aplicada; o *Ethos* burocrático, sobre o qual discute patriarcalismo liberal; a ciência social aplicada; as instituições de pesquisas; as funções; os jovens técnicos; o contexto social das atividades culturais e intelectuais; o estadista acadêmico; os grupos e os solitários; a engenharia humana e a burocratização do serviço social. A partir dessa proposta.

De acordo com Mills (1982), o termo “nova ciência social” refere-se não apenas ao empirismo abstrato, mas também ao praticalismo novo e liberal. Essa expressão abrange tanto o método quanto a sua aplicação na prática, uma vez que a técnica do empirismo abstrato e sua utilização burocrática tornaram-se inseparáveis. O autor aponta

que a tendência atual é de que o praticalismo e o empirismo abstrato trabalhem juntos para obter soluções pragmáticas e eficazes para os problemas sociais. No entanto, ele também ressalta a importância de se manter um equilíbrio entre essas abordagens para evitar a perda de perspectiva crítica e reflexiva na ciência social.

Em acréscimo, autor discute o desenvolvimento das ciências sociais aplicadas na engenharia humana, que foram impulsionadas pelas grandes instituições devido aos altos custos envolvidos. Ele destaca que as instituições de pesquisa acabaram se tornando centros de treinamento, e que os administradores intelectuais e promotores de pesquisa surgiram a partir dessas instituições. No entanto, ele alerta que a formação dos técnicos de pesquisa varia em qualidade. Além disso, o autor aponta que o foco no praticalismo inibiu o desenvolvimento metodológico na abordagem empírico abstrata. Por fim, ele destaca a importância dos currículos acadêmicos para entender as mudanças e seus significados.

Em busca de respostas, o autor chama a atenção para situações de dominação e controle das massas por meio da formação, e exemplifica com o *slogan* utilizado à época “O propósito da ciência social é a previsão e o controle do comportamento humano”, entre outros (MILLS, 1982, p. 125). Ademais, Mills (1982) destaca o importante papel dos cientistas sociais na reflexão sobre o desenvolvimento social com estruturas menos rígidas, enfatizando a importância de se discutir questões como previsão e controle. Ele propõe que esses profissionais devem revelar o sentido político e o ethos da burocracia, que tem sido utilizado em áreas não democráticas da sociedade.

Mills (1982) conclui este tema enfatizando que a burocracia é uma tendência geral do Estado social, e que a pesquisa pode ser vista como um meio de tornar a autoridade mais eficiente. Ele observa que o empirismo abstrato é usado de forma ideológica na burocracia, enquanto a grande teoria não se presta à burocracia direta, sendo sua utilidade mais voltada para o sentido político-ideológico. Portanto, é importante entender que a pesquisa e a teoria não são neutras em relação ao poder e à autoridade, e que devem ser abordadas de forma crítica e reflexiva

No sexto capítulo, em que o autor discute “Filosofia da Ciência”, há subtemas, como: a confusão das ciências sociais; a reunião de processos; “teoria” e ‘método’; o empirismo do bom senso; descer aos fatos; teoria do pragmatismo científico e o alinhamento dos problemas. Nesse capítulo, Mills (1982) declara que a confusão nas Ciências Sociais se deve ao fato de que há uma controvérsia sobre os termos e o significado da ciência e do empirismo científico, que está relacionado a diferentes situações epistemológicas. Essa falta de clareza terminológica contribui para uma compreensão inadequada das Ciências Sociais e pode levar a conclusões equivocadas sobre o papel da ciência na sociedade.

O autor versa sobre a postura do cientista social, da importância de dominar o método, a teoria, e relacionar a teoria e o papel do cientista social na aplicação do método. Ele destaca que, para os cientistas sociais clássicos, nenhum método nem a teoria é um setor autônomo. “Os métodos aplicam-se a determinados problemas, as teorias a

determinados fenômenos” (MILLS, 1982, p. 133). Mills (1982) explica que há confusão nas Ciências Sociais devido à controvérsia entre os termos e o sentido das ciências e do empirismo científico. Ele destaca a importância da prática individual, das discussões metodológicas e da relação entre o método e a teoria no desenvolvimento da pesquisa. O autor também argumenta que o empirismo do bom senso está repleto de suposições e estereótipos e que é necessário questionar as premissas que determinam o que é visto e como é aplicado.

Mills (1982) discute a concepção do empirismo como conhecimento construído a partir de experiências cotidianas, que requer abstração. Ele aponta que, enquanto na grande teoria a verificação é dedutiva, no empirismo abstrato não fica claro o que deve ser verificado. O autor também descreve o processo prático de pesquisa em ciências sociais e destaca o papel do artesão clássico nesse processo. O autor discute a teoria do Progresso científico, afirmando que a ciência social clássica não pode ser construída ou deduzida, mas sim se concentra nos problemas. Ele destaca que os estudos microscópicos não se acumulam para formar uma ciência social “plenamente desenvolvida”. Além disso, Mills aponta que a ciência social burocrática se esforça muito, mas não alcança uma teoria consequente, sendo que o empirismo absoluto é o instrumento dessa teoria. Por fim, ele enfatiza a importância da formulação do problema na tradição clássica da ciência social.

No sétimo capítulo, Mills (1982) reflete sobre “A variedade Humana”, discorrendo sobre várias nuances, como: o objeto da ciência social; a posição do cientista social frente à variedade humana; a unidade social; o Estado-nação; dependências institucionais; estrutura social e sociologia; ciência social e antropologia e limites das disciplinas das ciências sociais. Nesse capítulo o autor apresenta ideias mais positivas a respeito da promessa das ciências sociais.

Mills (1982) destaca que o objetivo das Ciências Sociais é abranger a variedade humana composta por todos os mundos sociais em que os indivíduos vivem, incluindo desde as comunidades primitivas até potências como a Europa, a China clássica, a Roma antiga e o pequeno Império do Peru, que atualmente estão disponíveis para estudo pelos pesquisadores. Ele enfatiza a importância de entender a complexidade desses mundos sociais para a compreensão das relações humanas e o papel das Ciências Sociais em promover essa compreensão.

Dentro desses mundos há muitos contrastes que evoluem junto com a sociedade, como: as massas, interesses e poderes que abrangem ações de grupos étnicos, de comércio, indústria e governos de países e continentes. A variedade de mundos sociais nos quais os seres humanos vivem contém histórias e experiências atemporais e históricas que a imaginação sociológica e a ciência devem compreender para alcançar uma compreensão completa. Para isso, é necessário compreender a história individual e coletiva dos homens e abordar os problemas sociais por meio da pesquisa.

O autor pontua que a estrutura social é composta por unidades organizacionais

sob um estado político, o estado-nação, que representa uma unidade social mais geral que abarca as experiências de todos os seres humanos. É papel do estado-nação cuidar dos grupos sociais, da cultura e dos problemas sociais mais amplos. Embora cada estado-nação seja diferente, seus componentes devem trabalhar juntos de maneira interligada para serem autossuficientes, seja na economia ou nas relações internacionais.

Outrossim, Mills (1982, p.149) advoga que “a estrutura social se forma como uma unidade básica da ciência, a sociologia e a antropologia têm esforçado para preservar os traços culturais no conceito da sociedade para além da demografia e da Ciência Política”. Entretanto, a economia e a ciência política têm se ocupado de áreas institucionais, a estrutura social em duelo entre “os cientistas, políticos e os economistas, cada qual luta por maior notoriedade” (MILLS, 1982, p. 150).

Segundo Mills (1982), a evolução intelectual tem sido um fator decisivo na moldagem de todas as ciências sociais, mas que elas também foram influenciadas significativamente por acidentes institucionais. Um exemplo citado pelo autor é a falta de atenção do Estado para disciplinas como filosofia, sociologia, antropologia, psicologia e ciência política nas instituições de ensino superior, o que acarretou problemas intelectuais nas áreas de ciências sociais devido à ordem institucional, política, militar ou religiosa. De igual modo, o autor menciona o livro didático como limitador das ideias e como tentativa de integrar a ciências sociais como conceitos e métodos e não como ciência para formular investigar e buscar solução de problemas sociais.

No oitavo capítulo, o autor versa sobre os “Usos da História”, discutindo, nesse bojo: o estudo histórico; problemas de método; as ciências sociais enquanto desculpinhas históricas; pano de fundo histórico; história e sociologia; psicologia histórico-social; ciências sociais e psicologia. O autor alerta que, possivelmente, alguns historiadores procuram apenas a comparação dos fatos, enquanto é necessário e mais importante, a interpretação dos fatos sociais. Nessa senda, Mills (1982°, p.157) adverte que “muitos cientistas americanos são influenciados pelas suas concepções problemas e métodos, enquanto hoje em dia se dê mais ênfase as análises epistemológicas”.

No entanto, para realizar uma análise completa, o cientista social deve recorrer a materiais históricos relevantes. Assim, a história é crucial para fornecer uma variedade de circunstâncias que são necessárias para o desenvolvimento de nosso entendimento, que não deve ser limitado (MILLS, 1982). Acrescentando-se a isso, o autor apresenta a ideia de estrutura e dinâmica do período moderno, que exige a compartimentalização de tarefas entre diferentes campos de estudo, como um cientista social estudando o Estado Moderno, economistas explorando o capitalismo moderno ou socialista, antropólogos investigando o mundo moderno, e assim por diante. Isso possibilita interpretações altamente específicas e ajustadas.

Quanto ao uso da história, Mills (1982), propõe três observações: i) a necessidade de aceitar que temos que estudar a história; ii) aplicar as características a função do trabalho

contemporânea, e iii) situar no ambiente e não limitar a definir, pois é preciso ter clareza de seus componentes históricos para a análise segura preservando a verdade dos fatos.

Segundo Mills (1982), os períodos e a sociedade diferem em relação ao fato de sua origem ou não. Para sua compreensão, são necessárias referências diretas aos fatos históricos. Ele considera que uma sociedade se movimenta no tempo e no ambiente, por isso, faz histórias e “históricos que são relevantes, mas sujeitos a interpretação específica na busca pela verdade dos fatos” (MILLS, 1982, p. 169). Nesse aspecto, indica que os problemas da psicologia social e histórica são de muitas formas os mais intrigantes que podemos estudar hoje e justifica que “é nessa área que reside a tradição intelectual, a imagem genética do homem posta em discussão por governos estadistas, totalitários, pelo relativismo demográfico e pela possibilidade de ser formados” (MILLS, 1982, p. 172).

Mills (1982) sustenta que as Ciências Sociais dependem dos parâmetros da psicologia e da história para a análise dos problemas relacionados à natureza humana. Alguns psicólogos adotaram uma variedade de abordagens da psicologia social, enquanto outros redefiniram a própria psicologia. O autor lamenta que a psicanálise não tenha sido mais amplamente utilizada como base para pesquisas acadêmicas, considerando que a psiquiatria já mostrou resultados positivos ao questionar a tendência de relacionar valores e normas com as necessidades individuais. Para o estudioso, a compreensão do indivíduo requer uma análise das tarefas institucionais que ele desempenha e dos papéis que ele vive em sua família e na sociedade em geral. É fundamental compreender as instituições em seus modos e regras para entender o indivíduo em sua biografia.

No nono capítulo, o teórico discorre sobre a ideia “Da razão e liberdade”. Assim, algumas discussões são apresentadas, como: a história e o tempo presente; o papel da razão nas questões humanas; o homem e o robô; ciência razão e liberdade; métodos de análise da razão e liberdade. Mills (1982, p. 179) afirma que o cientista social clássico se preocupa com característica de sua época, como o problema e a história se apresentam nessa época com “a natureza da natureza humana” e inclui a variedade de indivíduos nos estudos de Max, Weber, Comte e Spencer entre outros. Mas, que no Século XX as preocupações serviram de orientação à pesquisa.

O escritor afirma que é preciso entender o presente como parte da história e assumir a responsabilidade pelo futuro, na busca de respostas para os desafios da sociedade. De modo complementar, destaca que tanto o liberalismo quanto o socialismo foram importantes orientações e explicações para entender a sociedade. Contudo, a partir das ideias do Iluminismo, surgiram conceitos fundamentais como a liberdade, o progresso pela razão, a crença na ciência como um bem valioso, a busca pela educação popular e a importância da democracia. Mills (1982) também menciona as contribuições de Marx sobre o papel do homem no processo histórico de desenvolvimento social e na formação dos diferentes tipos de sociedade. Em resumo, para o pesquisador, é fundamental olhar para o passado, compreender o presente e assumir responsabilidades pelo futuro, tomando como base as

contribuições de diferentes teóricos e pensadores.

Para Mills (1982), o papel da razão nas questões humanas e a ideia de indivíduo livre como centro de razão, são os termos mais importantes que os cientistas do Século XX herdaram dos filósofos do Iluminismo. Todavia, alerta que os valores de liberdade e a razão estão ameaçados pela burocracia, considerando que o crescimento dos indivíduos não acompanhou o aumento das organizações e a divisão e a modernização do trabalho. Nessa ótica, “Presos aos ambientes limitados de suas vidas diárias, os homens comuns com frequência não podem raciocinar sobre as grandes estruturas” (MILLS, 1982, p. 182).

Nessa direção, Mills (1982) aponta que um alto nível de burocracia e tecnologia não se traduz necessariamente em um alto nível de inteligência, já que os indivíduos podem ser submetidos a autoritarismo e manipulação, o que bloqueia sua capacidade de agir e progredir. Dentro dessa estrutura, o conceito de “homem alienado” se torna relevante, sendo discutido por Marx em seus primeiros ensaios sobre alienação.

Mills (1982) destaca a preocupação dos cientistas sociais com o fenômeno da alienação, que se contrapõe à imagem ocidental do homem livre. A alienação é incompatível com os valores de uma sociedade democrática, uma vez que nega a possibilidade de exercer a liberdade plena. Para o teórico, a liberdade não deve ser vista apenas como uma oportunidade de agir, mas como a possibilidade de reavaliar as escolhas que fazemos. Ele argumenta que a liberdade só faz sentido quando o homem é capaz de exercer sua razão humana. Além disso, enfatiza que a liberdade é um conceito amplo e variável, que deve ser constantemente redefinido e repensado pelos cientistas sociais.

O décimo capítulo, nomeado “Da Política” instaura um debate sobre vários aspectos, como: o sentido político do trabalho do cientista social; a escolha de valores; os meios de decisão; a posição do cientista social e a tarefa política do cientista social. O autor o inicia dizendo que “a pesquisa e os cientistas sociais, são, cada vez mais usados para finalidades burocráticas e ideológicas” (MILLS, 1982, p. 192), dado que entram nas suas pesquisas ou julgamento da consciência de valor do trabalho. Portanto, sugere pontos para responder às questões e propor soluções.

Para Mills (1982), três ideias políticas são razoáveis à tradição da ciência social e fazem parte da promessa intelectual: o valor da verdade como é vista no seu meio social; “o valor do papel nas questões humanas”; a “liberdade como razão”, sendo a razão como valor social. O autor destaca que “a qualidade política depende muito das qualidades intelectuais daqueles que participam dela” (MILLS, 1982, p.195). Neste contexto, o cientista social corre o risco de se envolver excessivamente com a máquina e, ao assumir esse papel, pode acabar se tornando uma máquina em si mesmo, perdendo sua autonomia e se concentrando exclusivamente nas técnicas e métodos administrativos. Isso pode resultar em uma perda de perspectiva crítica e sensibilidade social, prejudicando sua capacidade de compreender e abordar as questões sociais de forma holística e contextualizada. Portanto, é importante que o cientista social mantenha um equilíbrio saudável entre o uso

da tecnologia e a manutenção de sua autonomia e sensibilidade humanas.

Para discutir a terceira ideia, refere-se a “forma pela qual o cientista social pode tentar realizar o valor da razão e seu papel nas questões humanas” e fazer seu trabalho, não com subordinação, mas de modo livre e eficiente (MILLS, 1982, p. 196). Segundo o autor, alguns homens são mais livres que outros para fazer história, esse processo ocorre por influência dos meios, bens e valores a que têm acesso na sociedade. Nessa direção, o autor trata, também, da emblemática tarefa do cientista social de fazer alguns questionamentos sobre a inteligência presente no discurso ocidental da época; o acesso da população aos meios de comunicação; sobre o conhecimento e as razões distintas do poder.

Por conseguinte, Mills declara que o cientista social, geralmente professor, por consciência e por se importar com uma educação libertadora, ocupa-se de questões sociais como busca de combater forças contrárias às massas. Contribuindo, assim, para “fortalecer os homens como livres, autoculturais e democráticos, entendendo democracia como um todo, como o poder de decisão sendo tomado e legitimado pelo público” (MILLS, 1982, p.205).

Para finalizar sua obra, no apêndice intitulado “A Imaginação Sociológica”, o autor tece considerações sobre o artesanato intelectual. Nesse texto, faz abordagens sobre o trabalho dos cientistas sociais, na prática sociológica, em ambiente acadêmico. Questiona a escrita instrumental e burocrática em detrimento da objetividade do conhecimento enquanto distância das discussões apenas empíricas. É nesse ponto que instiga o pesquisador a rever sua prática, a analisar suas relações com a ética e a moral na pesquisa científica.

Além do mais, Mills (1982) destaca a indissociabilidade entre a vida pessoal dos cientistas sociais e suas práticas, indica que é preciso aprender a usar suas experiências pessoais e profissionais no que produz. Na percepção do artesanato intelectual, o autor, sugere registros escritos e em arquivos organizados com relatos pessoais, discussões e ideias que possam dar suporte a debates mais específicos de questões sociais, de modo a estimular a imaginação sociológica do cientista.

De acordo com o pesquisador, uma das atividades mais importantes do cientista social é desenvolver um plano de pesquisa bem estruturado, pois o processo de registro ajuda a aprimorar a compreensão e a definição dos objetivos do estudo. Além disso, ele enfatiza a importância da produção textual flexível e da liberdade para fluir as ideias relacionadas às questões sociais em análise. Ele destaca que o trabalho científico não deve ser limitado apenas à pesquisa empírica, mas deve se valer também de outros estudos e análises de materiais existentes de forma hipotética, levando em conta as ideias, os problemas e o contexto. Como exemplo, Mills (1982) menciona que encontrou um arquivo contendo três tipos de materiais para analisar a elite, e revela que análises e discursos anteriores sobre esses materiais geralmente produzem resultados mais elaborados e próximos da sociedade.

O autor apresenta a tese de Mosca, na qual afirma que é o poder da organização

que permite que a minoria governe. No campo das ideias, fala do poder do povo nas ruas, não de comportamento, mas de uma elite vendo a outra; a elite do poder e a elite do conhecimento. Após tecer a crítica aos estudos empíricos puros, devendo este sair da forma original para a forma mais pretensiosa, o autor propõe que se resolva a questão da qualidade em torno do problema; dominá-lo fase por fase; fazer a reformulação da questão.

Além disso, apresenta um quadro de variáveis weberianas que exemplificam organização de arquivos, a partir dos elementos de classe, poder e habilidades. Para exemplificar como ocorre as ideias, Mills (1982), afirma que a imaginação sociológica permite lembrar, que consiste em passar da capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e no processo estabelecer uma visão adequada de uma sociedade total e de suas demandas.

Nessa perspectiva, o teórico apresenta três formas de estimular a imaginação sociológica: o esvaziamento de ideias e o convite a imaginação em torno dos problemas; a seleção de frases e palavras que ajudam a aperfeiçoar os termos do problema; a reclassificação das palavras, ideias e das hipóteses podem ajudar a evoluir na reformulação do problema. Para ele, a imaginação sociológica pode ser liberdade se conseguimos pensar a partir de um ponto, sendo de produção pequena que pode se tornar em vastas ideias.

Ao longo desse título, como releitura da obra, o autor desenvolve sete ideias sequenciais de organização de textos para se pensar a pesquisa, alertando o risco da “inteligibilidade” que “tem menos a ver com a complexidade e mais a ver com a profundidade dos assuntos abordados” (MILLS, 1982, p. 234). Desse modo, para superar as dificuldades na produção do texto da pesquisa, é mais importante, refletir sobre três questões autorreflexivas ao pesquisador: “quais as finalidades e profundidade do meu assunto? Quando escrevo, que status estou pretendendo para mim mesmo? Para quem procuro escrever?” (MILLS, 1982, p. 240-243). Por fim, o autor indica os cuidados e formas para se apresentar um texto ao leitor. Nos parágrafos finais do texto, deixa alguns “preceitos e avisos” para auxiliar os cientistas sociais a produzir textos coerentes sobre suas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES

Como visto ao longo da resenha, a Imaginação Sociológica oferece uma visão da sociedade que se baseia em experiências humanas reais para identificar e tratar problemas individuais e coletivos. Esta abordagem inspira a imaginação em relação à nossa própria identidade, valores e elementos sociais presentes em nossas biografias. O autor deixou claro que a imaginação sociológica é uma ciência social capaz de ajudar a entender o significado da nossa existência, bem como as várias relações humanas, incluindo as sociais, religiosas e culturais, que são influenciadas por fatores geográficos, culturais e socioeconômicos

Ao incentivar uma mudança de perspectiva do individual para o coletivo, Mills nos

lembra da importância de usar conhecimentos científicos para analisar questões sociais e solucionar problemas que afetam a sociedade como um todo. Ele reconhece que isso pode ser difícil, especialmente quando somos confrontados com situações nas quais não sabemos o que fazer e nos sentimos moralmente vazios. Esse esvaziamento moral pode levar à indiferença diante do novo. No que diz respeito ao artesanato intelectual, Mills apresenta aos cientistas sociais possíveis estratégias metodológicas e questões importantes que devem ser consideradas na realização da pesquisa e na produção do texto. Com isso, ele nos incentiva a refletir sobre o papel da Imaginação Sociológica na criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

A obra apresenta ao leitor um postulado teórico plausível no qual Mills orienta a evitar procedimentos rígidos, o fetichismo da técnica e, aborda, enquanto uma metodologia poderosa para se investigar os fenômenos sociais do mundo contemporâneo. A leitura é fulcral para aquele que se interessam por método de investigação voltado à busca da verdade e da ética na pesquisa. Sendo assim, trata-se de uma produção essencial ao cientista social.

REFERÊNCIAS

FRAZÃO, Dilva. **Charles Wright Mills**: sociólogo norte-americano. eBiografia. 2015. Disponível em: https://www.ebiografia.com/charles_wright_mills/. Acesso em: 16 fev. 2023.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 318 p.

A CAPACIDADE DE BUROCRÁTICA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)

Data de aceite: 02/06/2023

Alessandra Pereira Nunes

Universidade Federal do Pará; Bacharel em Serviço Social e Mestre em Ciência Política

Beatriz Brasil da Silva Monteiro

Universidade Federal do Pará; Mestre em Ciência Política

Bruno Henrique Modesto Raiol

Universidade Federal do Pará; Bacharel em Ciências Sociais

Censo SUAS, referente ao ano de 2019. Os dados foram mensurados através de correlação entre as variáveis: nível de ocupação, vínculos dos trabalhadores e o alcance da implementação do PAEFI. Os resultados revelam que ainda existe uma precarização latente na estrutura burocrática implementadora do PAEFI, com baixa profissionalização e vínculos comissionados muito presentes em determinadas regiões do país.

PALAVRAS-CHAVE: Capacidade administrativa; Assistência social; PAEFI.

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise acerca da execução do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos municípios brasileiros, considerando as capacidades administrativas municipais e a estrutura federativa brasileira. Dessa forma, evidenciamos em que proporção a implementação do PAEFI é condicionada pela estrutura e capacidade administrativa de quem executa esse serviço, partindo da hipótese clássica weberiana que diz que burocracias mais qualificadas e com vínculos formais direcionam para melhores resultados de execução dos serviços públicos. A principal fonte de dados foi o

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the execution of the Protection and Specialized Care for Families and Individuals (PAEFI) service in Brazilian municipalities, considering municipal administrative capacities and the Brazilian federative structure. Thus, we show in what proportion the implementation of PAEFI is conditioned by the structure and administrative capacity of those who perform this service, starting from the classic Weberian hypothesis that says that more qualified bureaucracies and with formal ties direct to better results of execution of public services. The main source of data was the SUAS Census, for the year 2019.

Data were measured through the correlation between the variables: level of occupation, workers' ties, and the scope of the implementation of the PAEFI. The results reveal that there is still a latent precariousness in the bureaucratic structure implementing the PAEFI, with low professionalization and commissioned ties very present in some regions of the country.

KEYWORDS: Administrative capacity; Social assistance; PAEFI.

1 | INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social brasileira e o Sistema Único de Assistência Social, são resultados de anos de lutas serem institucionalizados e reconhecidos como política pública de responsabilidade estatal, com universalização do acesso, através da redemocratização. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 torna-se o marco regulatório da política de assistência social, provocando grandes avanços e rompendo com os paradigmas filantrópicos e assistencialistas atribuídos a ela, atualmente, a política de assistência social possui princípios, diretrizes e organização definidos nacionalmente e faz parte do tripé da seguridade social (juntamente com a Saúde e a Previdência Social).

A atuação da política de assistência social se dá duas formas, a primeira diz respeito aos benefícios socioassistenciais, que podem ser de caráter eventual ou contínuo, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, em forma de transferência de renda direta para os cidadãos. E a segunda forma de atuação diz respeito a prestação de serviços socioassistenciais, na qual embasamos esse estudo, aqui os serviços são caracterizados pela continuidade da oferta e estão agrupados de acordo com o nível de proteção que oferecem para os indivíduos e famílias que necessitem destes, podendo ser em dois níveis de proteção social: o de proteção social básica e o nível de proteção social especial, dividido em média e alta complexidade.

A proteção social básica é ofertada nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, com obrigatoriedade de instalação em todos os municípios brasileiros e seu foco está no auxílio à população que se encontra na condição de vulnerabilidade social e fragilização de vínculos familiares e comunitários. Os serviços especializados da assistência social são ofertados, principalmente, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e o atendimento é direcionado para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos, estes são responsáveis por atendimentos e equipamentos mais complexos da assistência social.

Ao longo dos anos muitos estudos vêm sendo desenvolvidos sobre a política de assistência social, porém a maioria deles focam na proteção social básica (CAVALCANTE e RIBEIRO, 2012, BICHIR *et al*, 2019; JACCOUD *et al*, 2017; SÁTYRO *et al*, 2016), assim pouco ainda se sabe sobre a execução dos serviços de proteção social especial de média complexidade no Brasil.

Dessa forma, nos propomos a apresentar uma análise acerca da execução do serviço de PAEFI nos municípios brasileiros, considerando as configurações das burocracias

responsáveis pela entrega dos serviços e a estrutura federativa brasileira.

Entendemos que um aparato burocrático mais qualificado e formal apresenta maiores habilidades estatais e melhores condições para implementar políticas públicas, conforme é sustentado pelos analistas (MARENCO et. al., 2017; EVANS; RAUNCH, 1999), nos propomos a explorar as tendências da entrega do PAEFI no nível local, considerando as capacidades administrativas municipais.

Portanto, partimos do seguinte questionamento: municípios com aparato burocrático mais estruturado, aos moldes weberianos, têm maior capacidade de implementar os serviços do PAEFI? Cabe ressaltar que o modelo federativo adotado pela Constituição Federal de 1988 é um modelo que descentralizou a execução das políticas sociais, mas a autoridade para legislar sobre as mesmas permaneceu privativa da união e os estados e municípios executam, assim sendo, a política de assistência social brasileira se materializa, principalmente, por meio da oferta de serviços no âmbito municipal. Dessa forma, aqui analisaremos o PAEFI, que é o principal serviço da proteção social especial de média complexidade.

Essa análise se justifica dentre outras coisas, por conta da complexidade e sistematização da política de assistência social, no âmbito da proteção social especial, e das diferenças existentes entre os municípios brasileiros no que diz respeito à estrutura para a gestão da política e implementação das mesmas.

O trabalho se caracteriza por um desenho descritivo que tem o intuito de fazer um estudo exploratório de um serviço da política de assistência social, tendo como unidade de análise os municípios brasileiros, de cunho quantitativo, os resultados nos possibilitam a realização de um maior grau de generalização acerca do fenômeno estudado, por estar pautado na realidade nacional

Considerando o estágio atual inicial e de ainda pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado, o trabalho se propõe a fazer uma descrição para construir conhecimentos indispensáveis e embasados a respeito das características sistemáticas e não sistemáticas da implementação do PAEFI nos municípios brasileiros, uma vez que uma boa descrição é essencial e deve anteceder qualquer explicação sobre os fenômenos (KING, KEOHANE e VERBA, 1991; DE VAUS, 2001).

Além desta introdução, o trabalho divide-se em três tópicos. O primeiro refere-se à estrutura federativa brasileira e a forma como a política de assistência social está colocada neste modelo. Posteriormente, temos uma discussão teórica sobre a capacidade burocrática e suas características. Em seguida, temos a análise empírica dos serviços do PAEFI, abordando sua implementação, a relação com a burocracia municipal e a distribuição territorial do serviço, por meio de uma análise quantitativa descritiva. Por fim, temos as considerações finais.

21 FEDERALISMO BRASILEIRO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social brasileira como política pública de responsabilidade estatal é uma prática considerada recente, é importante ressaltar que, até o ano de 1930 a assistência social era exercida no Brasil como caridade, proveniente de iniciativas particulares, executada por meio de ações pontuais em caráter cristão de amor ao próximo e na benemerência dos indivíduos, sendo considerada ajuda, direcionada aos pobres, famintos, idosos, pessoas com deficiência, crianças, entre outros. Era uma prática eminentemente filantrópica e religiosa, somente em 1938, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS temos as primeiras estratégias de regulação da prática assistencial, sem mudar, no entanto, o caráter assistencialista de suas ações. Além disso, ainda como instituição filantrópica, foi criada em 1947 a Legião Brasileira de Assistência - LBA, com a finalidade de prestar auxílio à população necessitada, por meio de atividades pontuais, emergenciais e descontínuas.

A Constituição Federal de 1988 tornou-se o grande marco entre a caridade e a política de proteção social que é composta por um conjunto de ações com iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, a fim de assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social. Trata-se, portanto, da assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. A partir disso, a proteção social passa a ser utilizada tanto para benefícios e serviços garantidos como direitos, quanto para uma série de programas e ações destinados ao enfrentamento de diversos níveis de vulnerabilidade, riscos e privação. Com isso, percebe-se nos anos 90 uma mudança significativa na assistência social, assumindo um papel mais amplo, envolvendo a formação de capital humano e a redução da pobreza (SERPA et. al., 2015). Neste momento a pobreza como “questão” assume mais relevância, pois com a descentralização das políticas foram inseridos novos programas focalizados na pobreza (VAITSMAN et. al., 2009).

Dessa forma, várias legislações foram criadas, em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS que estabelece os princípios e diretrizes da política de assistência social, dentre as quais está a universalização dos direitos sociais, a descentralização político-administrativa e a participação popular. Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que determinou o conceito e as bases do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Posteriormente, foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2005 (NOB SUAS/2005); a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006 (NOB-RH/SUAS); (NOB/SUAS) 2012 e a Lei nº 12.435 de 2011, que empregou modificações a LOAS inserindo o SUAS e outras diretrizes, presentes nas normas, para dentro da lei orgânica da política. Nota-se que somente no início dos anos 2000 é que a política de assistência social alcança um adensamento e fortalecimento do seu papel no sistema de proteção social brasileiro.

Nesse processo, foram empregados muitos esforços para se instituir uma política pública capaz de alcançar todo o território nacional. De forma geral, a literatura que trata da estrutura federativa brasileira esclarece como o Executivo Federal se tornou o responsável por formular e coordenar as políticas sociais após a Constituição de 1988, no qual a União passou a ser a principal formuladora e coordenadora da política de assistência social e, a implementação ficou a cargo dos estados e municípios.

O período pós 1988 marcou significativamente o Brasil por conta do processo de descentralização, Falleti (2005) destaca que com base no tipo de autoridade desenvolvida no processo de descentralização é possível distinguir três tipos de descentralização: a administrativa, a fiscal e a política. Aqui daremos atenção a descentralização administrativa que diz respeito ao conjunto de políticas que transferem aos governos subnacionais a administração e a prestação dos serviços à sociedade, tais como: política de saúde, educação, bem-estar social, moradia, entre outras.

Tomando como base a estrutura e os subsistemas que compõe a política e que também estão inscritos no SUAS, voltaremos nossa atenção para a descentralização político-administrativa e a territorialização no que diz respeito aos serviços de proteção social, especificamente, ao PAEFI. Na descentralização político-administrativa consideramos que a política de assistência social está inserida em todo território nacional, dessa forma, compreende a todos os níveis da federação, onde cada ente assume atribuições específicas.

Assim, a vertente territorial torna-se um fator fundamental para a execução da política de assistência social brasileira, cuja oferta dos serviços busca atender as particularidades do público-alvo, dessa forma, as unidades onde se executam a política possuem base territorial e são instaladas em áreas de vulnerabilidade social com o intuito de criar essa proximidade com o usuário (D'ALBUQUERQUE, 2017).

Com relação aos recursos da assistência social o SUAS determinou a criação do Fundo Nacional de Assistência Social que é a principal instância de financiamento dessa política, proveniente do sistema descentralizado, com a participação dos três entes federativos atribuindo maior transparência ao processo. Dessa forma, os repasses são realizados automaticamente fundo a fundo, para serem investidos na realização dos programas, projetos e serviços da assistência social. Com isso, os municípios deixam de depender exclusivamente de subsídios próprios no que diz respeito ao financiamento dos serviços, projetos, programas da política de assistência social, possibilitando que os serviços ganhem amplitude em todo território nacional, universalizando essa oferta.

Além disso, a Política Nacional de Assistência Social estabelece, que sejam assegurados como eixos organizadores das ofertas: a sobrevivência ou renda, convívio familiar e acolhida. À medida que a segurança de renda fica a cargo dos benefícios assistenciais de natureza não contributiva, as demais seguranças dizem respeito aos serviços organizados em dois níveis de complexidade, básica e especial, que ficam sob a responsabilidade de diferentes equipamentos públicos. Os CRAS são responsáveis

pelos serviços de proteção social básica, com base territorial, estes são responsáveis por coordenar e organizar a rede prestadora de serviços locais e, os CREAS atuam na proteção social especial. (JACCOUD, BICHIR E MESQUITA, 2017).

Na proteção social especial o atendimento é direcionado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, os serviços visam a proteção de situações relacionadas à violência, isolamento, abandono, entre outros. E, podem ser organizados com base local, através de serviços de referência regional, coordenados e executados pelos estados ou por meio de consórcios públicos entre os municípios. Nesse caso, há dois níveis de complexidade: média e alta. Os serviços de proteção social de média complexidade, no qual está o PAEFI, atendem famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, mas que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade são voltados para a garantia da proteção integral, como: moradia, higiene, alimentação e trabalho protegido para as famílias e indivíduos em situação de ameaça e/ou que tiveram seus vínculos rompidos (CAVALCANTE E RIBEIRO, 2012).

Dessa forma, temos uma política pública de assistência social de caráter universal, regulada por legislações federais e com competências distribuídas entre os entes governamentais, atendendo a estrutura federativa brasileira. Sendo assim, a seguir traremos algumas características acerca da burocracia weberiana que nos darão suporte para analisar as capacidades administrativas municipais da assistência social para a execução do PAEFI no Brasil.

3 | A BUROCRACIA WEBERIANA: NOTAS PARA O DEBATE

Os estudos sobre capacidade burocrática/administrativa vêm sendo desenvolvidos por diversas áreas do conhecimento e a perspectiva mais usada é, sem dúvidas, baseada na teoria Weberiana. A burocracia tornou-se um importante objeto de estudo das ciências sociais, seus resultados migram para os mais diversos entendimentos: como poder político (MORIN, 1976; MARTIN, 1978), como organização (CAMPOS, 1978; BRESSER-PEREIRA, 1980), como categoria social (POULANTZAS, 1977), entre outros. De maneira geral, a estrutura e o processo de desenvolvimento das grandes organizações, em especial as governamentais, são investigadas a partir do “tipo ideal” de organizações burocráticas estabelecido por Max Weber.

Uma maneira de explicar essa tendência Weberiana nos estudos de burocracia diz respeito à função inovadora e substancial que Weber utilizou para desenvolver essa teoria sobre o processo de fortalecimento da burocratização do Estado Moderno. Considerando seu monopólio do uso legítimo da força, destacando três formas de legitimação da dominação: autoridade tradicional, carismática e racional-legal, esta última diz respeito aos princípios da organização burocrática.

Dessa forma, segundo Weber, o tipo mais puro de dominação racional legal diz respeito ao exercício ativo de uma estrutura administrativa burocrática, composta por funcionários livres e que obedecem às obrigações referente a função ou cargo que ocupa dentro da organização, nomeados e não eleitos, respeitando a estrutura hierárquica. As competências profissionais são determinadas previamente através de um contrato que define a base de livre seleção de acordo com a qualificação profissional, acontecendo por meio de provas oral ou escrita.

Para Weber uma administração burocrática formal constitui-se como a maneira “mais racional de exercício de dominação”, pois a partir dela é possível alcançar os níveis máximos de rendimento técnico e científico por causa da “precisão, continuidade, disciplina, rigor, confiabilidade, intensidade, extensibilidade dos serviços e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas” (WEBER, 2000).

Neste sentido, é que nos propomos a analisar, a seguir, a capacidade administrativa municipal brasileira e seu papel na execução do serviço de PAEFI, evidenciando a profissionalização e a distribuição territorial desse serviço.

4 | A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANALISANDO A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PAEFI E AS CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise empírica focada na capacidade administrativa municipal para implementação dos serviços o PAEFI, considerando sua distribuição territorial. Deste modo, a partir da estrutura federativa brasileira e da breve discussão sobre as características da política de assistência social, promovemos uma discussão com a teoria da burocracia weberiana implementadora de políticas públicas. Diante disso, com a breve discussão dos conceitos utilizados para análise, que possui como objetivo esclarecer as seguintes questões: De que forma o PAEFI está distribuído no território nacional? Qual a estrutura burocrática municipal implementadora do PAEFI, considerando o nível de ocupação (escolaridade) e os vínculos dos trabalhadores (concursados ou celetistas)?

Para responder a tais questionamentos, a princípio, identificamos o número de CREAS, no ano de 2019, que são os equipamentos responsáveis pela oferta obrigatória do PAEFI no Brasil, bem como, a distribuição territorial desse serviço e a configuração da burocracia responsável por sua oferta. Isso, para identificar as características específicas dos profissionais que executam e a configuração da implementação desse serviço no território brasileiro.

Partimos da hipótese clássica de Weber de que burocracias mais formais e qualificadas seriam mais eficazes e, conseqüentemente, seria capaz de ofertar com mais eficiência os serviços aos usuários. Pretendemos identificar aqui, partindo da hipótese weberiana se, municípios que possuem burocracias mais estruturadas executam mais o serviço do PAEFI. Desse modo, procuramos apresentar regularidades empíricas e a

relação entre a execução desse serviço e os padrões burocráticos (nível de escolaridade e vínculo empregatício) das unidades CREAS municipais.

Na Tabela 1, temos o número de equipamentos CREAS instalados no território nacional entre os anos de 1015 e 2019. Os dados foram extraídos do Censo SUAS e mostram uma crescente do número de unidades instaladas nos municípios brasileiros, no ano 2015 o Brasil contava com 2141 unidades e no ano de 2019 temos 2421 equipamentos, havendo um aumento de 280 unidades instaladas.

Nº de CREAS	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
	2141	2185	2277	2365	2421

Tabela 1. Número de CREAS por ano

Fonte: Senso SUAS 2015 - 2019

Cabe ressaltar que, para que os CREAS sejam instalados é necessário seguir algumas etapas a fim de obedecer às exigências para instalação em determinado território e a oferta dos serviços, respeitando além da legislação que garante a obrigatoriedade de instalação desses equipamentos em municípios com população acima de vinte mil habitantes, quando a população ultrapassar cem mil habitantes é obrigatório instalar um CREAS a cada duzentos mil habitantes. No entanto, municípios com população de até vinte mil habitantes pode contar com a cobertura de atendimento em CREAS Regional ou Implantação de CREAS Municipal, quando a demanda local justificar (Caderno CREAS, 2011).

Dessa forma é imprescindível considerar a realidade local e a autonomia municipal/DF para orientação do processo de atuação desses equipamentos. Cumprindo as seguintes etapas: construção do diagnóstico socio territorial, identificar a incidência de situações de risco pessoal e social provenientes de violação de direitos e mapear a rede de serviços existentes para articular com esses equipamentos.

A figura a seguir (mapa) nos mostra a distribuição espacial do número de unidades CREAS no território nacional, dividido por regiões, com o objetivo de evidenciar onde encontra-se a maior oferta do serviço do PAEFI, visto que onde tem CREAS tem a oferta obrigatória do PAEFI. Percebemos a predominância na região Nordeste de instalações, assim, a região Nordeste no ano de 2019 conta com 948 equipamentos instalados, seguida das regiões Sudeste com 620, Sul com 365, região Norte possui 273 CREAS e o Centro-Oeste conta com 215 instalações.



Mapa 1. Número de CREAS por região em 2019

Fonte: Censo SUAS 2019

Observa-se que a região Nordeste se destaca em relação às demais com relação a instalação das unidades de oferta do PAEFI, logo, podemos inferir que essa região executa, quantitativamente, mais o serviço do PAEFI no território brasileiro. Identificamos, nesse caso é evidente um padrão regional que pode ter relação com uma demanda por proteção social especial mais latente na região Nordeste, levando os municípios a instalar o máximo de equipamentos de referência especializados possíveis.

Segundo dados do Gráfico 1, em 2019 os 2.421 CREAS brasileiros que preencheram o Censo Suas informaram que 21.689 profissionais trabalhavam nesses equipamentos, somando profissionais de nível fundamental, médio e superior. Correspondendo a 58% de profissionais com nível superior, podemos observar que essa escolaridade prevalece em todos os níveis de gestão e em todas as regiões brasileiras. Esse dado pode ser justificado por conta do grau de complexidade que demanda atendimento nesse tipo de equipamento, isto é, em razão dos casos de violações de direitos atendidos nessa área de proteção social.

Percebemos, também, que em todos os níveis de gestão e regiões o percentual de profissionais de nível médio é maior em relação aos profissionais de nível fundamental, o que é um ponto considerado positivo ao modelo de burocracia weberiana.

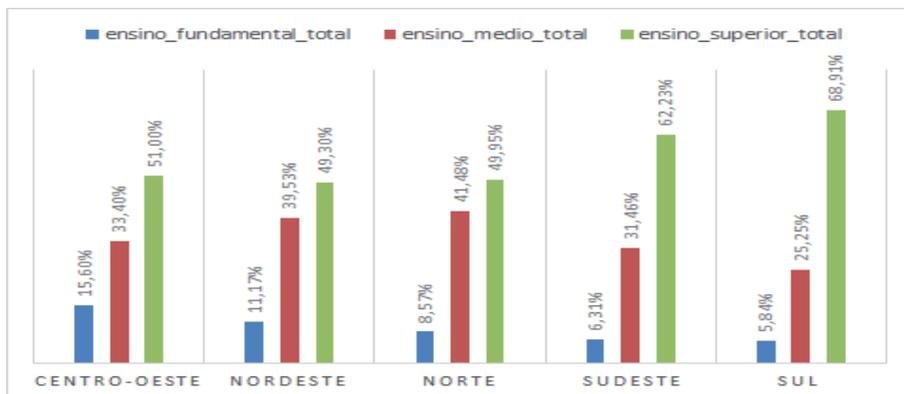


Gráfico 1. Escolaridade dos funcionários por região em 2019

Fonte: Censo SUAS 2019

O Gráfico 2 apresenta dados dos funcionários que atuam nos CREAS divididos em estatutários e comissionados, a partir do censo SUAS de 2019. Nacionalmente, no ano de 2019 os 2.421 CREAS que responderam ao Censo SUAS informaram que o quadro de profissionais atuantes nestes equipamentos e, conseqüentemente, atuando na execução do PAEFI é formado por 56,51% de funcionários estatutários e 43,49% são funcionários comissionados.

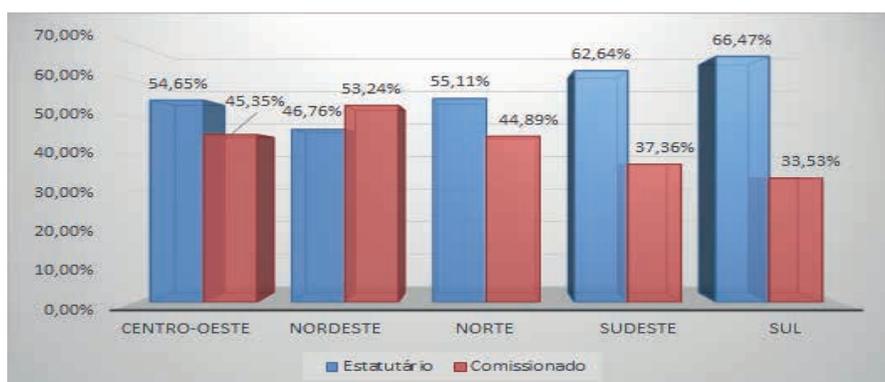


Gráfico 2. Porcentagem de funcionários estatutários e comissionados por região em 2019

Fonte: Censo SUAS 2019

Considerando a distribuição territorial, por vínculo, identificamos que em quase todas as regiões do Brasil o índice de funcionários estatutários é maior em relação aos comissionados, nesse aspecto a região Sul possui as melhores taxas de servidores atuantes nos CREAS com vínculo estatutário com 66,47% de servidores estatutários e 33,53% comissionados. Enquanto que, a região Nordeste apresenta um percentual maior

de servidores comissionados, com 53,24% de profissionais atuando nos equipamentos responsáveis pela oferta do PAEFI, em relação a 46,76% de profissionais estatutários.

Dessa forma, do ponto de vista técnico-administrativo identificamos que temos dados positivos em relação a predominância de servidores estatutários e de nível superior de formação, que atuam na execução do PAEFI, no entanto, isso não é o suficiente quando analisado isoladamente, a maior parte das equipes ainda são reduzidas, com o quantitativo inferior ao estabelecido na NOB-RH/SUAS, dado esse que será analisado em trabalhos futuros.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo mapeamos os dados referentes à capacidade de execução do serviço do PAEFI da política de assistência social referente ao ano de 2019, visando compreender se e de que maneira os aspectos da burocracia municipal influenciaram nos cenários municipais de entregas desse serviço. Os resultados atingidos são poucos, mas contundentes.

A construção teórica aponta que governos com burocracias estáveis, com um corpo burocrático formado por profissionais com vínculos formais e mais qualificados, contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do Estado e no melhor exercício de suas capacidades. Ao analisarmos os dados disponíveis sobre os vínculos empregatícios dos profissionais que atuam nas Unidades que ofertam o PAEFI, identificamos que existe variação dos vínculos empregatícios de acordo com a região, ou seja, existem padrões regionais diferentes que impactam diretamente na esfera municipal.

Embora prevaleça no território nacional os vínculos empregatícios estatutários, ainda é possível perceber um percentual elevado de profissionais com nível fundamental e médio em relação ao disposto na NOB-RH/SUAS. Na região Nordeste prevalecem os vínculos comissionados, gerando uma fragilidade dos vínculos nessa região e certamente pode haver maior rotatividade das equipes de referência. A partir dos dados constatamos, também, que nessa região juntamente com a região Norte, existe uma proporção elevada de profissionais com nível médio em relação às demais regiões, principalmente, em comparação a região Sul do país, apontando para uma variação na profissionalização da burocracia em equipamentos que ofertam o PAEFI.

Desse modo, os dados mostram que ainda existe uma precarização latente na estrutura profissional da assistência social, especialmente no nível de proteção social especial de média complexidade, com baixa profissionalização e vínculos comissionados muito presente em determinadas regiões do país, o que leva a diminuição da capacidade burocrática municipal em executar o serviço do PAEFI, isso de acordo com a literatura latente.

No entanto, com o avanço dos estudos sobre a implementação da política pública

de assistência social, vemos que a capacidade administrativa municipal vai além da existência de uma burocracia estável e profissionalizada, de acordo com Sátyro *et al* (2016) a implementação dos serviços socioassistenciais está associada, também, às demandas por proteção social. Dessa forma, consideramos que este trabalho apresenta resultados importantes e um campo fértil para futuros estudos sobre capacidade estatal e, principalmente, sobre esse importante serviço da assistência social ainda pouco explorado.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Fiocruz, 2012.

BICHIR, R. ; SIMONI JR., S. ; PEREIRA, G. **A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros**. Enap, 2019.

CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz Bernardes. **O Sistema Único de Assistências Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros**. Rev. Adm. Pública – Rio de Janeiro 46 (6): 1459-77, nov./dez. 2012.

CINGOLANI, Luciana. **The state of State capacity: a review of concepts, evidence and measures**. UNU-MERIT Working paper series, n. 53, 2013.

D'Albuquerque. Raquel Wanderley. **A demanda por serviços socioassistenciais e a burocracia da Assistência Social dos municípios brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Minas Gerais, 2017.

DE VAUSS, D. Research design in social research. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.

FALLETI, Tulia G. **A Sequential Theory of Decentralization: Latin American Cases in Comparative Perspective**. *American Political Science Review*. 2005.

JACCOUD, Luciana; BICHIR, R. M.; MESQUITA, A. C. **O Suas na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2017.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing social inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.

SÁTYRO, N. ; CUNHA, E. ; C. , Jarvis. **Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política**. Opinião Pública, Campinas, 2016.

SOUZA, Ana Carolina de. **Relações intergovernamentais: o uso de dois pesos e duas medidas na construção dos pactos de aprimoramento do SUAS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Minas Gerais, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS NAS EDIÇÕES DE 2000 A 2019

Data de submissão: 12/04/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Luciana Ribeiro da Silva

Estudante de Graduação em Sociologia e Educação
Wellesley College, EUA
Wellesley Hills, Massachusetts
<https://orcid.org/0009-0007-7409-2779>

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Mestre em Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Amapá
Macapá, Amapá
<https://orcid.org/0000-0002-5822-6569>
<http://lattes.cnpq.br/1818051354900926>

Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho publicado originalmente, nos Anais do “Seminário Internacional América Latina – 30 SIALAT, ocorrido nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021, em Belém-PA, Brasil.

RESUMO: A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúne em Brasília a cada quatro anos para reivindicar direitos, denunciar condições precárias e visibilizar sua posição como agentes políticos. O presente artigo analisa como a Marcha das Margaridas tem interagido com as diferentes conjunturas

políticas de 2000 a 2019, considerando as demandas do movimento em cada edição e suas respostas governamentais. Foram analisados relatórios do governo e fontes secundárias sobre a Marcha, além de pautas e avaliações de cada edição disponibilizadas pelas Margaridas e entrevistas semiestruturadas com lideranças do movimento. Como referencial teórico foi utilizado a Teoria do Processo Político e seus desdobramentos. Concluiu-se que o movimento utiliza de estratégias de abordagem que se adequam à cada conjuntura política sem deixar de reconhecer as diferentes realidades das mulheres rurais do país.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Mulheres Rurais. Teoria do Processo Político. Política Pública.

POLITICAL APPROACH STRATEGIES OF THE MARCHA DAS MARGARIDAS FROM 2000 TO 2019

ABSTRACT: The Marcha das Margaridas is a Brazilian social movement formed by “women from rural areas, forests, and the water” who gather in Brasília every four years to demand rights, denounce precarious conditions, and showcase their position as

political agents. This article analyzes how the Marcha das Margaridas has interacted with the different political conjunctures from 2000 to 2019, considering the movement's demands in each edition and their governmental responses. Government reports and secondary sources on the Marcha were analyzed along with materials available by the Margaridas on their agenda of demands and intern reports of each march. As primary sources, semi-structured interviews with movement leaders were conducted. The Political Process Theory and its developments were used as theoretical references. It was concluded that the movement uses approach strategies that are appropriate for each political conjuncture while recognizing the different realities of rural women in the country to increase their political leverage.

KEYWORDS: Social Movements. Rural Women. Political Process Theory. Public Policy. Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

“Por que você decidiu vir para a Marcha das Margaridas?”

Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade. Vim para reivindicar terra, água e direitos, a gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber. Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas. Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão. Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir. Essa marcha é história, aqui me sinto forte. A gente luta pela vida.

Mulheres entrevistadas na Marcha das Margaridas de 2011 (IPEA, 2015, p.7).

Com início no ano 2000, a Marcha das Margaridas (MM) completou 20 anos em 2020. Ao longo desse período foi mobilizando mulheres para reivindicar políticas públicas, denunciar condições precárias e visibilizar suas posições como agentes políticos. O contínuo crescimento da sua capacidade articulatória e de mobilização, determinantes para sua habilidade de negociar políticas públicas (AGUIAR, 2016, p. 290) é tema para diversas análises sobre as dinâmicas de movimentos sociais brasileiros.

O artigo propõe analisar as estratégias de atuação e as demandas da MM frente às diferentes conjunturas políticas desde a sua criação. De maneira mais objetiva, como se manifestaram os governos em resposta às demandas do movimento ao longo de seis edições. A MM é um importante movimento no reconhecimento das mulheres no âmbito das políticas públicas, de maneira que a institucionalização de suas pautas na estrutura do estado implica em novos patamares de demanda.

Para a compreensão e análise da pesquisa, utiliza-se da Teoria do Processo Político (TPP). Orienta-se em dados primários e secundários através de pesquisa bibliográfica e documental em relatórios de governos e fontes secundárias, além de entrevistas semiestruturadas com a coordenadora da MM, Mazé Moraes, secretária geral das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e coordenadora nacional da Marcha das Margaridas, realizada em novembro de 2019. O objetivo desse artigo é analisar como o movimento social Marcha das Margaridas interagiu com os diferentes governos de 2000 a 2019,

ao longo das seis edições, analisando as estratégias de abordagem e as demandas do movimento.

2 | A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas (MM) é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúnem a cada quatro anos sob o sol do verão seco de Brasília para lutar por políticas públicas. Desde 2000, mulheres de todas as regiões brasileiras marcham a fim de demandar visibilidade e reivindicar direitos sociais, políticos, econômicos e reprodutivos (AGUIAR, 2016, p.25).

A MM reúne mulheres de muitas vivências: trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, trabalhadoras sem-terra, quilombolas, pescadoras, quebradeiras de coco, etc. Vestidas de verde e roxo - as cores da marcha - as Margaridas pintam Brasília num mosaico identitário. Em 2015, elas se autodeclararam “mulheres do campo, das florestas e das águas” e se afastaram do termo “mulheres rurais” a fim de demonstrar a pluralidade do movimento e de suas demandas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante a quarta edição da Marcha, em 2011, com a participação de 611 mulheres, traçou o perfil demográfico das Margaridas presentes: 77,6% eram pretas ou pardas, 75% das regiões Norte e Nordeste, 1 em cada 5 mulheres eram mães-solo e 36% das entrevistadas se considerava a chefe da família (IPEA, 2015).

O nome do movimento é uma homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural paraibana que deu a vida pela luta camponesa e sindical durante a ditadura militar. Enquanto a primeira presidente mulher do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra grandes proprietários de terra e usineiros (SILVA, 2008, p. 70). Mesmo alvo de inúmeras ameaças de morte, ela não se rendeu aos interesses do agronegócio e, no dia 12 de agosto de 1983, Margarida foi executada na porta de sua casa, à luz do dia.

E esse não foi nem um caso isolado, nem um fantasma da repressão militar, as lideranças rurais continuam sendo alvo de injustiças: entre 1985 a 2017, 1.904 mortes foram resultado de conflitos por terra (CPT, 2018). Em 2018, 482 mulheres foram vítimas em disputas agrárias (CPT, 2019). Cantando alto, as Margaridas seguem clamando por justiça no aniversário da morte de Margarida Maria Alves.

As ativistas não lutam somente pela terra, mas também reivindicam por justiça de classe, gênero e raça. Inspiradas por essa intersecção, a primeira Marcha das Margaridas foi organizada em suporte à Marcha Mundial das Mulheres em 2000 (AGUIAR, 2016, p. 280). O movimento é organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), espaço articulatório composto por lideranças estaduais das Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de parcerias com movimentos

feministas, sindicatos, organizações internacionais e centenas de grupos locais camponeses (CONTAG, 2019), as chamadas entidades parceiras.

Meses antes de cada edição, a mobilização se inicia a níveis local e regional com uma série de discussões sobre demandas e estratégias, configurando um processo plural, participativo e democrático. O resultado dessas conversas é transformado em um documento elaborado de pautas que geralmente é apresentado à presidência do país durante a Marcha, e encaminhado aos representantes do executivo e legislativo, nos âmbitos municipal, estadual e federal (SILVA, 2008, p. 96)

À cada edição, a plataforma política da MM vai se aprimorando em estrutura e conteúdo, trazendo agendas elaboradas e amplamente justificadas. Para a MM de 2019, o documento de quarenta páginas continha apresentação da Marcha e da sua organização, contextualização da conjuntura política e uma afirmação dos princípios políticos do movimento, além dos 10 eixos temáticos onde as Margaridas traçam desafios e, em seguida, apresentam uma série de proposições para cada tópico.

Para além das suas demandas históricas, a pauta de reivindicações se atualiza a cada edição, integrando um vasto leque temático que engloba meio ambiente, previdência social, saúde, educação, sexualidade, segurança alimentar, democracia, classe, gênero e raça, além da questão agrária no Brasil. Aguiar (2016) afirma que os vínculos entre diferentes entidades e a abrangente definição identitária das Margaridas — “mulheres do campo, da floresta e das águas” — contribui para a articulação desse diverso leque de demandas que é indiscutivelmente heterogêneo, mas que dispõe de uma unidade discursiva e identitária.

3 | MOVIMENTOS SOCIAIS

A própria definição de *movimento social* é tema de discussão na Sociologia — Alan Touraine arriscou-se a dizer que tal conceito seria o objeto central da área de estudo (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004, p.1) — mas ainda assim, não há consenso sobre seu significado. Aqui, resolvemos trabalhar com a versão de Maria da Glória Gohn (2000):

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 2000, p.13).

Complementa-se ainda com a definição de *movimento societal* de Alan Touraine (2003). Em uma tentativa de evitar denominar como *movimento social* qualquer tipo de ação coletiva, o autor diferencia movimentos culturais, históricos e societais, sendo os últimos “aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais” (TOURAINÉ, 2003, p. 119, apud GOSS e PRUDÊNCIO, 2004, p.5).

A MM se insere em ambas as definições, movimento social de Gohn (2000) e

movimento societal de Touraine (2003), por ser uma ação popular com poder de negociação formada por participantes plurais que têm como base comum uma definida plataforma política, defendendo um projeto cultural com princípios feministas, agroecológicos e comprometidos com a justiça social.

Entre 1930 e 1960, autores do modelo clássico caracterizavam ações populares como tentativas coletivas de resolver tensões psicológicas causadas pela alienação e ansiedade causadas pela sociedade moderna (MCADAM, 1982, p.16), em que indivíduos com tendências narcísicas se mobilizam para externalizar suas frustrações individuais em surtos de irracionalidade apolítica (ALONSO, 2009, p. 50).

Apenas no fim da década de 1960, com o surgimento de manifestações populares como o movimento negro e o feminismo nos Estados Unidos e na Europa, percebiam-se movimentações organizadas e solidárias que não podiam mais ser explicadas por justificativas psicossociais de indivíduos isolados (ALONSO, 2009, p.50). Eram *movimentos sociais* que demandavam mudanças concretas e predefinidas na estrutura social, portanto não podiam ser caracterizadas como comportamentos psicológicos isolados.

Em contraste ao modelo clássico, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), idealizada por McCarthy e Zald (1977), racionaliza essas mobilizações populares como fruto de deliberado pensamento crítico e método. A TMR atribui como elemento fundamental à execução e sucesso de movimentos sociais, a disponibilidade de recursos materiais e humanos. Tais recursos, como capital, infraestrutura e ativistas pela causa, dependem de um suporte externo, de um nível elevado de organização, e conseqüentemente, da burocratização da ação coletiva (MCCARTHY; ZALD, 1977). Ao dar ênfase para a captação de recursos, o modelo realça a participação da elite nos movimentos sociais, em detrimento do agenciamento dos próprios participantes da mobilização.

Já a Teoria do Processo Político (TPP), estabelecida por Tilly, Tarrow e McAdam, determinava que a “estrutura das oportunidades políticas” era central para a abertura de canais de expressão popular. Aliados mais uma vez à capacidade organizacional do movimento, essas oportunidades políticas designavam momentos oportunos de ação coletiva, seja por maior receptibilidade do governo às reivindicações, por mudanças na interação estado-sociedade, pela presença de potenciais aliados (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009, p. 55).

Abers et al. (2018), em uma análise crítica das oportunidades políticas propostas pela TPP, ressaltam a agência e o agenciamento recíproco dos atores, ao invés da ênfase exagerada da conjuntura política no surgimento de movimentos sociais. As autoras argumentam que “movimentos que constroem e disputam políticas agem criativamente, interagindo ativamente com os agenciamentos de outros atores e instituições com os quais apresentam relações de interdependência” (ABERS et al., 2018, p. 17). Dessa forma, movimentos sociais não são fundamentalmente dependentes da captação de recursos de agentes externos ou vulneráveis ao cenário político, ao contrário, são agentes ativos,

criativos e interdependentes de outros agentes, como o próprio estado, do sistema em que fazem parte.

A fim de aprofundar o debate sugerido por Abers et al. (2018) sobre a relação de movimentos sociais e políticas públicas, adicionaremos dois conceitos à essa discussão: regimes e subsistemas.

Regimes políticos são estruturas relacionais de atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais (ABERS et al., 2018, p. 31). De acordo com o regime político, movimentos sociais podem ter (ou não) abertura em avançar com suas pautas, a depender da relação que dispõem com a coalizão governamental.

O conceito de *subsistemas* é crucial para o entendimento da criação de políticas públicas dentro de *regimes políticos*. Jenkins-Smith et al. (1991) caracterizam “subsistemas de políticas públicas” como “compostos por instituições e atores que estão diretamente envolvidos no processo de políticas públicas em uma área especializada de política.” (JENKINS-SMITH et al., 1991, p.852, apud ABERS et al., 2018, p. 35)

Tais atores de subsistemas incluem grupos de interesse, órgãos do executivo, associações comerciais, representantes de empresas, autoridades eleitas e até estudiosos (Jenkins-Smith et al., 1991, p.852, apud Abers et al., 2018, p. 35), demonstrando a heterogeneidade dos fatores que resultam na criação e manutenção de políticas públicas. Os subsistemas permitem entender as variações de poder e de interesse dentro do regime político em uma escala menor.

4 | MARCHA DAS MARGARIDAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

4.1 Fernando Henrique Cardoso – Ano 2000

Tendo o lema “2000 Razões para Marchar: contra a fome, pobreza e a violência sexista”, a primeira Marcha das Margaridas reuniu em Brasília 20.000 mulheres de comunidades tradicionais e do campo durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Demonstrando sensibilidade ao regime político, o foco das reivindicações era o modelo neoliberal do governo social democrata que acentuava as desigualdades sociais e a concentração de renda e terra. Na “Carta das Mulheres Brasileiras”, documento-base entregue ao presidente, elas criticavam o modelo da reforma agrária assistida pelo mercado e as políticas públicas para o campo, de cunho neoliberal, implementadas nesse governo.

Entre as políticas de FHC, a “Nova Reforma Agrária”, transferia a responsabilidade da redistribuição de terra do governo federal para o mercado, beneficiando proprietários de terra que dispunham de capital suficiente para re-adquirir grandes áreas disponíveis para a venda (CONTAG, 2000), e a “Cédula da Terra”, programa de crédito para aquisição de terras para trabalhadores sem-terra e agricultores com terra insuficiente, o qual acabou por não demonstrar um aumento significativo de renda (PEREIRA; SAUER, 2011, p. 599).

As Margaridas também denunciaram o modelo agrícola tecnológico, à época, recém-implementado no Brasil, que favorecia o setor do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, e defendiam a implementação de um Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Além das críticas às políticas públicas agrárias, o documento também enfatizava outras questões, como as perigosas condições de trabalho de mulheres no campo, expostas a pesticidas, o aumento do número de trabalhadoras sexuais na zona rural como consequência da extrema pobreza e a disparidade de oportunidades para as mulheres rurais (CONTAG, 2000).

Durante a reunião com as líderes da marcha, FHC se comprometeu a agir em muitas das demandas, mas apenas implementou poucas reformas, em sua maioria de cunho econômico, como a redução da taxa de juros para o custeio agrícola de 5,6% para 4% ao ano (CONTAG, 2015).

A resposta de FHC à primeira edição da marcha não resultou em nenhuma grande transformação, mas abriu possibilidades de diálogo entre as mulheres camponesas e o governo federal - um exemplo de oportunidade política com a permeabilidade do Estado (MCADAM, 1982) para as reivindicações de um movimento social de mulheres rurais. Pela primeira vez, o governo brasileiro se dedicou a negociar uma pauta advinda dessas trabalhadoras, e também pela primeira vez, uma discussão de tamanha importância para o movimento sindical era protagonizada por mulheres (CONTAG, 2015), caracterizando um momento histórico para a Marcha das Margaridas e para a luta por direitos das mulheres do campo. Era ali também que nasciam as reivindicações históricas das Margaridas, a essência política da pauta que vêm sendo aprimorada ao longo dos anos e regimes políticos.

4.2 Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 e 2007

A segunda edição da MM, “2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista” aconteceu durante o primeiro mandato do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva e trouxe à capital cerca de 40 mil mulheres para a capital do país. A pauta organizava as 140 demandas em nove eixos temáticos: reforma agrária, organização da produção, meio ambiente e agroecologia, salário mínimo, saúde, violência de gênero, ações afirmativas para mulheres rurais, direitos previdenciários e educação no campo (CONTAG, 2003).

Nesta pauta, as Margaridas passaram a adotar a agroecologia como modelo de construção para uma nova realidade produtiva no campo, se opondo ao modelo neoliberal e tecnológico da era pós Revolução Verde adotado no Brasil. A MM também enfatizou nesta segunda edição o direito de propriedade e gestão compartilhada da terra entre homens e mulheres, destacando que apenas 7% dos agricultores beneficiados pelo programa “Cédula da Terra” da gestão anterior eram mulheres (CONTAG, 2003).

Atentas ao regime político e suas potenciais aberturas de diálogo com o estado, as Margaridas também adicionaram demandas acerca da valorização do salário mínimo e do

direito à previdência social. Por ser um ex-operário eleito sob bandeira e plano político de esquerda, era de se esperar uma mudança na relação Estado-sociedade (MCADAM, 1982) e que Lula fosse mais receptivo a essas pautas do que o presidente anterior.

Na terceira edição, “2007 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, cerca de 70 mil mulheres ocuparam o Eixo Monumental em Brasília. As Margaridas ampliaram suas parcerias e demonstraram amadurecimento a nível organizacional e político. Ademais, pela primeira vez, elas disponibilizaram uma pauta completa dirigida ao poder legislativo, onde demandaram a aprovação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e Projetos de Lei (PL) específicos e já em tramitação, como a PEC 432/2001, que determinava a expropriação de terras em caso de trabalho escravo (CONTAG, 2007). Também nesta edição, a organização da Marcha elaborou um Caderno de Textos para estudo direcionado às participantes (CONTAG, 2015), apresentando o caráter formativo e político do movimento.

O aprimoramento da plataforma política e a iniciativa de direcionar demandas concretas ao poder legislativo demonstra o agenciamento proativo da Marcha das Margaridas (Abers et. al, 2018) que contribui para o estabelecimento da presença política do movimento como uma voz ativa na implementação de políticas públicas perante ao governo federal.

Ao longo dos oito anos de governo Lula, as Margaridas alcançaram avanços históricos na luta por direitos. Em ambas as edições, o governo elaborou documentos que expressavam o posicionamento do poder executivo sobre as reivindicações da Marcha. Para cada item, o documento respondia à demanda com um projeto ou política vigente e o órgão responsável, embora raramente colocasse prazos para sua implementação.

Em 2004, foi instituída a obrigatoriedade dos títulos de terra serem registrados sob os nomes do casal, ao invés de somente o do homem. Outras grandes conquistas foram a criação do PRONAF-Mulher no ano safra de 2003/2004, programa do governo federal que concede crédito para a produção agrária para mulheres agricultoras (CONTAG, 2003), a regularização de reservas extrativistas (CONTAG, 2015), e a criação do Fórum Permanente para o enfrentamento da violência contra as mulheres no campo (CONTAG, 2007).

As respostas positivas do presidente Lula às demandas do movimento resultaram em grande afinidade das Margaridas perante ao petista, garantindo a ele uma forte rede de apoio político, que viria a ser crucial durante sua prisão em 2018 e 2019. Durante a organização e a realização da Marcha de 2019, as ativistas foram enfáticas ao se posicionarem a favor da soltura do então ex-presidente. Essa relação entre Lula e as Margaridas demonstra a interdependência dos atores no Processo Político (MCADAM, 1982) e a importância de movimentos sociais nessa relação.

4.3 Dilma Rousseff – 2011 e 2015

Intitulada de “2011 Razões para Marchar por um Desenvolvimento Sustentável com

Justiça, Autonomia, Equidade e Liberdade”, a quarta MM aconteceu durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, reunindo 100 mil mulheres das cinco regiões brasileiras, organizadas por mais de 4 mil sindicatos de trabalhadoras rurais.

Para além das demandas históricas para a melhoria de vida das mulheres do campo, da floresta e das águas, em sua plataforma política, a Marcha de 2011 confirmou o cunho feminista do movimento (AGUIAR, 2016), enfatizando principalmente a violência de gênero contra mulheres não-brancas. Cem mil mulheres se *afirmarem* feministas, conscientes das interseccionalidades entre raça, classe, sexualidade e gênero, em um contexto social que era (e por vezes ainda é) hostil com a autodenominação, carrega enorme significado político. Ter uma primeira presidenta do Brasil eleita sob uma bandeira esquerdista, aparece como uma oportunidade política de fomentar a agenda política contra a violência sexista.

Uma das principais resoluções após a quarta edição, foi a ampliação da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que promovia a transição agroecológica nas unidades familiares de produção (CONTAG, 2015). Outra medida de grande importância foi o restabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que priorizava a compra da produção advinda da agricultura familiar para instituições federais, aumentando o lucro e a autonomia de produtores de pequena escala (ROSÁRIO; FILOCREÃO, 2020).

Sob o lema de “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, a quinta edição da MM demonstrou ainda uma maior sensibilidade e um firme posicionamento perante a conturbada conjuntura política de 2015. Realçando a democracia como “condição fundamental para seguir avançando na construção de um país mais justo e igualitário” (CONTAG, 2015), as Margaridas expressaram seu descontentamento com o “desrespeito às urnas”, se opondo veementemente contra o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Elas consideravam o *impeachment* como um “golpe parlamentar apoiado pela mídia e ignorado pela Suprema Corte” (CONTAG, 2015).

Mazé Moraes, afirmou:

Em 2011, a marcha foi muito significativa pra gente. Pela primeira vez, nós teríamos uma mulher no poder, então a gente queria trazer 100,000 mulheres pras ruas pra poder mostrar a importância daquele momento. [...] Mas em 2015, foi um ambiente desafiador 'pra' se estar. A gente já previa o golpe. As Margaridas foram pras ruas pra dizer que elas estavam com Dilma, que ela não estava sozinha. Mas a gente já sabia o que ia acontecer (Mazé Moraes/ CONTAG, novembro de 2019).

Mas as contradições do governo Dilma já haviam começado antes da articulação do golpe de 2016, principalmente em relação à questão agrária brasileira. Ao assumir seu segundo mandato, Dilma indicou Kátia Abreu, ruralista e defensora do agronegócio, para assumir o Ministério da Agricultura. Dilma também foi a gestora que menos distribuiu terras pela reforma agrária desde FHC - apenas 26,8 mil famílias foram assentadas por ano, contra 76,7 mil de Lula e 67,5 mil do tucano (MARTINS, 2015). Mesmo que o regime político

vigente indicasse ser favorável para as Margaridas, os subsistemas do governo Dilma indicavam o contrário - a exemplo de alguns de seus ministros e do seu vice-presidente.

A avalanche de retrocessos só estava começando com o *impeachment* da petista. Em apenas algumas semanas depois de assumir, o vice-presidente Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão responsável pela maioria das ações para a agricultura familiar, e o Plano Safra, um fundo de 5,7 bilhões de dólares destinado a pequenos produtores (Borges, 2016), além de aprovar a Nova Reforma Trabalhista.

4.4 Jair Messias Bolsonaro – 2019

A sexta edição da Marcha das Margaridas — “Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência” — aconteceu em agosto de 2019, durante o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro. Mais uma vez, as Margaridas apresentaram declarações assertivas sobre o cenário político: elas criticavam o retorno à uma agenda neoliberal em contraste à “democracia participativa” durante os governos de Lula e Dilma (CONTAG, 2019) e pediam a soltura do ex-presidente Lula, na época preso em Curitiba pela Operação Lava-Jato.

Pela primeira vez em 19 anos de marcha, nenhuma demanda foi formalmente entregue ao poder executivo. De acordo com Mazé Moraes, “elas não entregariam petições para um governo que estava tirando os direitos da classe trabalhadora, principalmente os das mulheres trabalhadoras”. As Margaridas também não receberam nenhum custeio federal e pagaram todas as despesas da marcha por meio de financiamento coletivo pela internet.

A última MM foi ainda mais significativa com a participação da I Marcha das Mulheres Indígenas (Fotografia 1). Juntas, cem mil mulheres marcaram presença no Eixo Monumental, avenida principal da capital Brasília, demandando o fim dos retrocessos que estavam pondo décadas de luta e conquistas políticas em risco. Bolsonaro se recusou a dialogar com ambos os movimentos sociais naquela semana.



Fotografia 1 – Margaridas indígenas marchando em Brasília

Fonte: Acervo da autora Luciana Ribeiro (agosto de 2019).

Mazé Moraes expressou suas preocupações e esperanças para os próximos três anos sob o governo de Bolsonaro:

Bolsonaro ‘tá’ só continuando o que Temer começou em 2016. Ele está rasgando nossa Constituição, tirando nossos direitos [...] Nós precisamos organizar e educar nossas massas ‘pra’ que a gente possa tomar decisões informadas durante as próximas eleições [municipais] em 2020 e escolher representantes que estão comprometidos com a justiça social (Mazé Moraes/ CONTAG, novembro de 2019).

Mazé Moraes também enfatizou a importância de eleger representantes que darão apoio ao povo brasileiro por meios institucionais, reforçando a oposição política ao governo Bolsonaro e à maioria conservadora no Congresso. Ela também ressalta a relevância ímpar dos movimentos sociais durante essa conjuntura política: *“Nós só vamos conseguir passar por esses desafios se a gente estiver nas ruas, juntos. Aqui, ninguém vai soltar a mão de ninguém. Nós vamos juntos.”*¹

A dura decisão de, pela primeira vez em 19 anos, não entregar suas demandas ao poder executivo, demonstra o entendimento da conjuntura política sob o governo Bolsonaro. As Margaridas sabiam que suas reivindicações não seriam ouvidas. Sua agenda política, mais do que nunca, na história do movimento social, não era relevante para o atual governo que abertamente demonstra desinteresse, senão desrespeito, às causas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Margaridas tiveram papel fundamental no processo de conquistar políticas públicas a nível federal para comunidades tradicionais no Brasil. A habilidade de comunicar

¹ Mazé Moraes, novembro de 2019.

demandas justificadas e contextualizadas seguidas de um conjunto de possíveis soluções, tem se mostrado uma maneira eficaz de abrir diálogo com o governo federal, e de conseguir resultados na criação e mudança de políticas públicas. A pesquisa demonstrou que as estratégias de abordagem e demandas das Margaridas mudaram em resposta à natureza de cada gestão e ao amadurecimento da organização do movimento.

Também conclui-se que as estratégias são consideravelmente mais eficazes ao lidar com governos com perspectivas similares, como Lula e Dilma, prova do entendimento dos benefícios das crescentes oportunidades políticas (MCADAM, 1982). Todavia, além da sensibilidade ao cenário político, as Margaridas demonstram agenciamento proativo e criativo, adaptando-se a essas oportunidades e se posicionando ativamente. A crescente capacidade de mobilizar as massas a níveis nacional e regional e de se adaptar à conjunturas políticas determina a influência política da Marcha das Margaridas, aumentando o seu poder de negociação ao longo dos anos (AGUIAR, 2016).

Por duas décadas, a Marcha das Margaridas tem mostrado competência ímpar ao organizar uma frente unificada de mulheres, das mais diversas realidades, para lutar por um extenso conjunto de demandas sem perder as especificidades de suas identidades. A capacidade de liderança e ação das Margaridas, mulheres do campo, da floresta, e das águas, fortalece o senso de autonomia e o empoderamento de comunidades inteiras.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas**: Repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLvbrTykKtSfx39QSXs/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação**: Reflexões a Partir da Marcha das Margaridas. Política e Sociedade, vol. 15, n. 14, Out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZIPRqnWFXZ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.
- BORGES, Lizely. **Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil**. MST, 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil/> Acesso em 12 dez. 2019.
- CONTAG. **Caderno 1 - Marcha das Margaridas 2019**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1919922208_26042019100737.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.
- _____. **Pauta da Marcha das Margaridas 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PAUTA-Marcha-das-Margaridas-LEGISLATIVO.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. **Pautas das Marchas**. Transformatório das Margaridas, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Texto-Base da Marcha das Margaridas 2003**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TEXTO-BASE.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CPT. **Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003**.

Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Comissão Pastoral da Terra, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9194/7788/33868>. Acesso em 01 mar. 2020.

GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Em tese, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624/12489>. Acesso em 10 mar. 2021.

IPEA. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta**. 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas1.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

MARTINS, Daniel. **Kátia Abreu, a ministra que desmata a razão**. Movimento dos Sem-Terra, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/01/12/katia-abreu-a-ministra-que-desmata-a-razao-2>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MCADAM, Doug. **Political process and the development of black insurgency, 1930-1970**. Chicago, IL: Univ. of Chicago Press, 1982.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. American Journal of Sociology, vol. 82, n. 6, 1977, pp. 1212-1241. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2777934>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. **A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados**. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, Dec. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/PfVM84Kwz7Qb6PFyMvtCzvr/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **O Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia de autonomia para mulheres na produção extrativista**. Anais SOCLA - VIII Congresso Latinoamericano de Agroecologia / 25 a 27 de novembro de 2020. Montevideo, Uruguai. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1IamMrJRGV0utbv6LPSuJ98peSEG6eNo>. Acesso em 15 fev. 2021.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-). Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/ UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO – Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA - Pós doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO), Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO). Pós-graduação Lato Sensu em Sociologia (UFMG); História Econômica; Terapia Transpessoal e Práticas Integrativas do Cuidado à Saúde (PICS). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

Formação Profissional em: Terapia Holística e Transpessoal, Programação Neurolinguística (PNL), Hipnoterapia, Constelação Familiar. Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM) e da Sociedade de Teólogos e Cientista da Religião (SOTER). Atualmente é Professora Permanente (Linha I - Novos Contextos de Aprendizagem) e Coordenadora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB -DEDC - Campus XI - Serrinha); Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia. UNEB- DCHT - Campus XVII - Bom Jesus da Lapa. Tem experiência na área de Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Sociologia, Antropologia, Antropologia e Saúde; Ciências Sociais Aplicada à Saúde; Antropologia e sociologia das emoções; Metodologia da Pesquisa; Gênero; Espiritualidade; Religião e Internacionalização. Autora do Método (socioemocional); Terapia para Todas: VIVA na V/IDA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB).

A

Assistência Social 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51

C

Campanha Setembro Amarelo 3, 7

Cientista Social 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39

Competência 11, 12, 64

CRAS 41, 44

D

Desemprego 12, 27

E

Empresas privadas 11

Estudantes universitários 2, 3, 4, 9

G

Geração Y 11, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24

I

Ideação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Imaginação 25, 26, 27, 33, 37, 38, 39

Informação 12, 14, 15, 20, 23, 26

Inteligência Artificial 14, 21, 24

M

Marx 1, 2, 3, 5, 6, 10, 27, 28, 29, 35, 36

Mercado de trabalho 12, 14, 16, 20, 21, 22, 23, 24

Mulheres rurais 53, 55, 59, 64

O

Organizações 11, 12, 14, 15, 18, 23, 24, 36, 45, 56

P

Perfil sociológico 2

Pesquisa 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68

Política de Assistência Social 41, 42, 43, 44, 46, 50

Política Pública 41, 43, 44, 45, 50, 53

S

Serviço de proteção 40

Sistema Único de Assistência Social 41, 43, 51

Socioassistenciais 41, 51

Sociologia 2, 8, 9, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 52, 53, 56, 67, 68

Suicídio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

T

Tecnologia 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 30, 36, 37, 66, 67

Trabalho 2, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 37, 40, 42, 45, 46, 51, 53, 59, 60, 66

V

Violência psicológica 8

SOCIO LOGIA:

Sociedade, políticas públicas
e participação social

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIO LOGIA:

Sociedade, políticas públicas
e participação social

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br